



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia primeiro de dezembro de dois mil e quinze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, André Luiz Vieira da Silva – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador Nélio Aurélio de Souza. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e quinze foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. O Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências recebidas:

- 1) Ofício sem número do senhor Paulo Miranda, Abccom (Associação Brasileira de Canais Comunitários). Brasília, 30 de novembro de 2015. Informa que a cidade de Nova Lima, através da TV Comunitária da Cidade, dirigida pela Associação das Entidades Usuárias de Canal Comunitário de Nova Lima, a TV Banqueta, representada pelo seu presidente, Fred Sarti, esteve presente no Fórum da Associação Brasileira de Canais Comunitários de 2015 – TVs Públicas em Primeiro Lugar, que foi realizado na cidade de Brasília entre os dias 22 e 24 de novembro de 2015.
- 2) Ofício sem número do senhor Franklin Delano Diniz Gonçalves, Cia. de Saneamento de Minas Gerais, Copasa MG. Nova Lima, 25 de novembro de 2015. Em atendimento ao ofício nº 420/15 da Câmara, informa que estão intensificando a fiscalização dos serviços operacionais executados pela terceirizada da Copasa, sendo que a maioria das reclamações de recomposições e



abatimentos de vala são provenientes das manutenções dos vazamentos de água que estão sendo tratados com extrema urgência pela Copasa, reduzindo o tempo de espera de atendimento de nove horas para quatro horas. O Senhor Secretário: “tem uma descrição técnica, senhores vereadores, desse serviço que são de três, quatro páginas, então eu vou passar cópias, se me permite o Presidente, para os gabinetes dos vereadores para que entendam essa situação”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, pela ordem. Eu quero agradecer à Copasa por esta resposta, ela é uma resposta a um requerimento que o meu gabinete fez na semana retrasada, salvo me engano. Infelizmente, a reclamação que eu fiz aqui, ela continua lá até hoje vazando água. A gente fez a ligação para a Copasa, mas eles foram, resolveram o problema e o problema continua lá. De qualquer forma, eu tenho percebido sim, pela cidade, que os vazamentos estão em quantidade bem menores do que o que a gente tinha num passado recente em Nova Lima. Então, de qualquer forma, eu agradeço à Copasa pela atenção e a resposta ao nosso requerimento, e aguardo ansioso que a reclamação que fiz seja atendida ainda a tempo. Muito obrigado, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “vou solicitar o Plenário, vou colocar em votação, a Srta. Letícia Araújo foi convidada para apresentar nesta Casa esclarecimentos. Se os senhores vereadores acharem por bem, ela vai nos atender, à solicitação da Câmara, neste momento. Coloco em votação”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu acho até questão de justiça, já que a gente tem ouvido todos os Secretários que têm vindo na Casa, a gente tem ouvido eles na antessala. Porque também não ouvi-la na antessala? Porque o Plenário, ela já está sendo ouvida como depoente na CPI, todo mundo que vem é ouvido lá atrás, eu acho até questão de justiça. Se o senhor puder também colocar o meu pedido também, que ela seja ouvida lá atrás porque, até então, é só ouvir, não tem nada



de concreto. Então, se o senhor puder também colocar o meu pedido, ao invés de ouvi-la em plenário, parar a reunião cinco minutos e ouvir lá atrás ou marcar um outro dia, que não atrapalhe a reunião de hoje”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de explicar para o senhor que foi votado em plenário, mas a minha opinião é que deveria ouvi-la então para não atrapalhar porque cinco minutos será muito pouco”. O vereador Flávio de Almeida: “então marca um outro dia”. O Senhor Presidente: “sim, marcar outro dia”. O vereador Flávio de Almeida: “na antessala”. O Senhor Presidente: “na antessala. Se os vereadores concordarem, eu estou de pleno acordo”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu queria apenas fazer coro com o vereador Flávio de Almeida”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Primeiro, eu gostaria de cumprimentar a Coordenadoria da Mulher, hoje presente aqui na nossa Casa, cumprimentar a Coordenadora Maria de Lourdes e todas as mulheres que fazem parte da Coordenadoria da Mulher aqui em Nova Lima, sejam bem-vindas a esta Casa. E gostaria, Senhor Presidente, também de acatar a posição do vereador soldado Flávio de a gente ouvir a Secretária Letícia, que eu quero cumprimentar também aqui nesta Casa, na próxima reunião nossa, a gente chegaria mais cedo, como hoje nós ouvimos a Secretária de Fazenda, a gente ouviria também a Secretária de Esporte e Lazer”. O Senhor Presidente: “eu estou de pleno acordo, vou colocar... O senhor gostaria de pronunciar?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “a solicitação foi do vereador Alessandro Bonifácio, com a palavra o autor do pedido”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “o meu requerimento foi para o plenário, mas como os vereadores concordam, eu também sou a favor da outra reunião ela ser na sala de reunião. Mas eu queria saber: então ela é



a Secretária de Esporte e Lazer, não é? Certo, líder do governo? É ela que é a Secretária?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “ela é a Secretária”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “ah, porque é isso que eu queria saber, então... Eu concordo com o vereador soldado Flávio de Almeida, apesar que eu fui o autor do requerimento, de ser na outra reunião e ser na sala de reuniões, Presidente”. O Senhor Presidente: “eu já contei aqui e já deu a maioria, então a Srta. Letícia, Secretária de Esporte, ficará convocada. Vou pedir a secretária para anotar, fazer um novo convite por escrito, fica para a próxima reunião”. O vereador Flávio de Almeida: “obrigado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “o senhor marcou para que dia, Senhor Presidente?”. O Senhor Presidente: “para a próxima reunião da Câmara Municipal”. O vereador Gilson Antônio Marques: “tá”. O Senhor Presidente: “me parece que dia oito é feriado, não é isso?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “isso mesmo”. O Senhor Presidente: “no caso seria dia quinze”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.554/2015, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza a abertura de Crédito Especial Suplementar junto à Lei Orçamentária Anual nº 2.491, de 04 de fevereiro de 2015, além de dar outras providências”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, antes de fazer a leitura deste projeto, eu queria que o Senhor colocasse para a gente, eu não vi na pauta de hoje o projeto 1.552, que estava na Comissão de Legislação e Justiça, e eu não vi esse projeto na pauta semana passada. E eu perguntei aqui para a Delma, é o projeto do Centro de Convenções, Senhor Presidente. Eu queria saber o que aconteceu com o projeto, só para o Plenário ter conhecimento”. O Senhor Presidente: “esse projeto foi devolvido para o Executivo e até o presente momento nós não recebemos o retorno, nenhuma resposta”. O vereador André Vieira: “questão de ordem, Senhor Presidente.



Em relação a esse projeto que o vereador Silvânio Aguiar citou, eu recebi uma mensagem e, inclusive, até estranhei porque essa mensagem ela me dizia que foi feito por parte da associação lá dos moradores lá daquela região uma denúncia contra o prefeito, essa denúncia deveria ter sido lida e ela não foi lida. E aí eu também recebi a cópia de um documento que foi encaminhado, reivindicando a leitura dessa denúncia e depois pedindo até que ela fosse cancelada. Então, eu quero só deixar registrado aqui que eu não tive conhecimento de nenhuma denúncia. Se tivesse tido conhecimento da denúncia, então eu faria cumprir o Regimento Interno. Exigiria que se cumprisse o Regimento Interno que é ao entrar a denúncia, ela tem que ser lida e tem que ser colocada em votação, questão o Plenário que aceita ou não. Mas eu recebi uma reclamação que a denúncia foi feita e de que ela não foi lida na sessão subsequente, que seria a sessão passada. Então, para ficar bem claro, bem registrado, que em relação a esse projeto, eu não tive conhecimento. Obrigado. É o projeto, só para registrar o número também, projeto de lei de número 1.552/2015”. O Senhor Presidente: “realmente a Câmara Municipal recebeu essa correspondência, mas no dia seguinte o pessoal da associação pediu que retirasse essa solicitação”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu também gostaria de saber uma explicação, o porquê que esse projeto foi devolvido para a prefeitura, uma vez que nós votamos aqui que seria feito parecer em conjunto. Então, esse projeto ele tinha que estar nas Comissões, e ele foi devolvido para o prefeito sem nenhum parecer de Comissão. Então, se a Comissão leu o projeto, viu que tinha irregularidades, que a prefeitura não cumpriu com algum item importante dentro desse projeto, as Comissões tinham que ter dado parecer e não tem um parecer de Comissão. E foi distribuído nesta Casa, na última terça-feira, para parecer em conjunto das Comissões, nós votamos para



isso. Inclusive o senhor, vereador Silvânio Aguiar, falou assim: ‘olha, eu sou a favor de ter audiência pública’, que foi pedida uma audiência pública, eu alertei que a audiência pública não podia ser feita em três dias, que estava ferindo o Regimento, falaram comigo que o Plenário é soberano, que o Plenário resolve tudo. O Senhor... Deve estar isso na Ata, aliás, deve estar não, está na Ata. O senhor falou: ‘não, eu vou concordar com o parecer conjunto porque vai ter audiência pública’. Não é isso? Eu também estranhei a devolução por parte da Presidência ao prefeito. Voltar, uma vez que o projeto estava nas Comissões. Obrigada”. O Senhor Presidente: “eu quero esclarecer à vereadora que nós devolvemos para o prefeito porque não há o impacto ambiental e está ferindo o Plano Diretor. Então, eu achei por bem devolver e eu não me recordo, teve uns vereadores que me pediram também que devolvesse para que fosse regularizado esse projeto”. O vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem. Só para a gente fazer alguma justificativa. O vereador que mencionou que o Plenário é soberano porque ele é soberano. É só entendimento jurídico. Então, você vai encontrar um monte de advogado que pensa diferente, mas esse Plenário aí, esse colegiado ele é soberano sim, na minha opinião. E outra coisa que eu fui um dos vereadores que pedi para não devolver o projeto para o prefeito, só por entendimento. A gente está liberando um zoneamento diferenciado para uma quadra, nós não estamos mexendo na região, primeira coisa. E o impacto do meio ambiente ele é algo que vem depois. Por que? Porque quando a gente libera esse novo... A gente modifica a planta, não é isso? Se vai construir ou não, vem depois. Depois entra-se com um projeto, aprovado ou não, é que vai vim os impactos e tudo isso. Então, eu estive com o Presidente no dia, conversando e discutindo sobre isso”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “para não devolver, não é?”. O vereador Flávio de Almeida: “para não devolver. Simplesmente por esse entendimento”.



A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “o empreendimento ainda não existe. Nós íamos votar, nós íamos autorizar o empreendimento”. O vereador Flávio de Almeida: “isso”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “autorizando o empreendimento, aí sim, nós vamos ver os impactos ambientais, não é isso? Impacto de vizinhança. Isso tudo nós vamos ver, mas isso é depois do projeto para ser desenvolvido e não enquanto ele estava aqui na Casa. Então, realmente eu estranhei a devolução do projeto”. O vereador Flávio de Almeida: “porque a Casa ela sofre com algumas coisas, não é? Boa parte do povo acredita que o empreendimento é ruim e eu, que moro na região, acredito que duzentos empregos diretos, com mais quinhentos indiretos, com mais dois milhões de impostos por ano, é bom para o município. Então, a gente sentado nesta cadeira, você está sujeito a essas dificuldades mesmo, você vai sofrer as consequências. Uma parte apoia, outra parte diz que não, mas a verdade é uma só”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “senhor vereador, só deixar claro que a minha colocação aqui não tem nada a ver com o projeto, se é válido ou se não é... Não, eu só quero deixar claro isso, que é o seguinte: eu recebi uma cópia de uma correspondência que foi enviada para esta Casa reivindicando que a Casa não leu a denúncia feita pela Associação dos Condomínios Horizontais, que era uma denúncia contra o prefeito. Então, eu estou falando por conta dessa reclamação deles. Aí eu recebi uma reclamação e nessa reclamação eles estão apontando isso como um fato grave, entendeu? Uma quebra de decoro, aonde deveria ter sido lido. E eu estou deixando bem claro aqui que eu não tive acesso à essa denúncia, por isso, eu... Eu estou dizendo isso porque faço parte da Mesa, compreende? Então, se eu soubesse, eu posso responder. Como eles fizeram uma denúncia meio provocativa aqui, meio ameaçadora, então, eu estou deixando bem claro aqui que eu não tive acesso à essa denúncia. Se tivesse acesso à



essa denúncia, ela teria que ser lida porque o Regimento fala isso. Então, em relação ao projeto em si, aí é voto, é o parecer da Comissão da qual eu faço parte. Mas o que eu estou, só para justificar aqui porque eu falei, eu falei justamente, especificamente, por causa de um documento que eu recebi, que foi enviado para esta Casa, reclamando que não foi lido, que foi quebrado o Regimento Interno, não foi cumprido o Regimento Interno. É só para deixar claro que na discussão se o projeto é válido ou não é, é uma outra discussão, só para deixar claro aqui em relação a isso”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, só para eu terminar, só um minuto. Eu moro na região e um médico ele me procurou, aí ele disse que ele é contra o empreendimento, tudo isso. Eu respondi o que para ele? Na nossa posição enquanto vereador, enquanto legislador, nós temos que ver o que é melhor para o município. As pessoas votaram na gente, colocou aqui, acreditando que, com um único dever: ‘eles vão nos representar’. Então, eu tenho que representar são duzentos empregos para a juventude dessa cidade, eu tenho que representar são mais dois milhões de impostos para uma cidade que tem dificuldade hoje para gerir, para manter o hospital funcionando. Então, eu respondi exatamente isso para ele: ‘não tenho dificuldade, ano que vem tem eleição, não é? O senhor arruma um representante que o senhor acha que é à altura do senhor, mas eu tenho que representar aquilo que eu acho que é melhor para a minha cidade’. Então, foi só por isso que eu... Eu estive junto com o Zé, com o nosso Presidente, não é, Zé? E eu coloquei exatamente isso, não foi? O que eu realmente acreditava, então...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “deixa...”. O vereador Flávio de Almeida: “obrigado, Presidente”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer que nós recebemos aqui a correspondência e no outro dia a associação pediu que retirasse, que tinha entrado em entendimento com o prefeito para devolver o projeto ao gabinete do



prefeito. Isso foi feito e eu acho que a Câmara não extrapolou em nada e eu vou mandar... Já determinei aqui que cada vereador receberá essa correspondência que foi dirigida à Câmara pela associação. Com a palavra, o vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu fiz essa indagação porque, realmente, não tinha conhecimento do projeto, mas tive alguns vereadores que fizeram esse comentário comigo aqui e eu me senti by-passado, talvez essa não seja a palavra, mas sim, me senti by-passado no sentido de ser Secretário da Casa, ter recebido aqui uma denúncia que não foi lida, depois tem uma outra denúncia. E aí, a Secretaria, que teria que responder por esse processo todo, até por uma questão talvez de costume, mas não regimental da Casa, a gente não teve esse esclarecimento. Então, eu quero pedir, Senhor Presidente, provoquei essa discussão aqui agora e quero solicitar que durante a semana, nós possamos sentar e fazer essa discussão com relação à Secretaria da Casa. O Secretário da Casa não pode ser, de maneira nenhuma, um mero leitor de papel aqui. Eu acho que eu tenho que... A gente tem que assumir o papel de Secretário de verdade. Eu quero, durante a semana, sair daqui hoje com o compromisso de que nós vamos sentar e alinhar essa questão da Secretaria da Casa, Senhor Presidente. Eu estou pedindo isso em Plenário, Senhor Presidente, para que se fique registrado em Ata, porque eu já fiz isso particularmente ao Senhor, conversei um dia muito rapidamente com a Delma e me fizeram algumas explicações, mas que nesse caso não me convencem, porque aí o vereador me pergunta, eu não sei o que vou responder, ou uma pessoa da população me pergunta, eu não sei o que vou responder. E aí? Qual que é o papel desse Secretário aqui? É só ler isso aqui e assinar documentos? Eu penso que não é esse o caminho que eu quero. Eu não quero, amanhã, ser pego de surpresa e é, nesse sentido, que eu quero durante a semana a gente sentar e entrar num entendimento com relação a essa questão,



Senhor Presidente. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “eu concordo com o senhor e quero dizer que a correspondência chegou aqui tipo dezessete horas, no outro dia, às oito da manhã, estavam pedindo que não divulgasse, que era para anular aquele ato. Então, eu acho que a Presidência não extrapolou não”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, questão de ordem. Mesa Diretora, vereadores presentes, público presente. Eu estou com a Ata aqui, Senhor Presidente, e eu estou estranhando a falta de um projeto. Antes que o Secretário faça a leitura das mensagens, eu gostaria de saber de Vossa Excelência se o Executivo encaminhou um Projeto de Lei de alterações do Conselho do Direito da Pessoa Idosa?”. O Senhor Presidente: “não”. O vereador Leci Alves Campos: “muito obrigado”. O Senhor Presidente: “pode dar continuidade, Secretário”. O Senhor Secretário proferiu leitura da Mensagem nº 22/2015, 04/11/2015, de referente ao Projeto de Lei nº 1.554/2015. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de registrar a presença do ex-vereador Sandro Lima. Com a palavra, a vereadora Ângela Lima”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu gostaria, Senhor Presidente, se fosse da vontade da Mesa, de a gente colocar para o Plenário se a gente pudesse votar esse projeto hoje, com dispensa de pareceres e interstícios, a gente pudesse fazer a votação hoje porque são duas dotações orçamentárias do Fundo Nacional de Assistência Social e do Fundo Estadual de Assistência Social, que virão cinquenta e seis mil reais apenas, não é muito dinheiro não, são cinquenta e seis mil reais apenas, mas que vai ajudar muito o Secretário de Desenvolvimento Social nos programas continuados dele. Ele vai ter esse recurso para ele poder utilizar e a gente precisaria de votar isso hoje porque dia quatro agora vai fechar o sistema e aí não pode entrar mais nada, e aí a gente teria que ter esse prazo para poder o Secretário jogar no sistema para poder fazer a



solicitação, tanto na esfera nacional como na esfera estadual. Então, eu gostaria que o Senhor pudesse colocar isso para o Plenário, para a gente votar isso hoje”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereadora, a senhora me cede um aparte?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “perfeitamente, vereador”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente e senhores vereadores, eu quero compartilhar do pensamento da vereadora Ângela. Eu recebi durante a semana, aliás, durante mais tempo, durante os últimos quinze dias, ligações do Secretário de Desenvolvimento Social, me pedindo que a gente pudesse estar realmente fazendo a aprovação desse projeto. Como é um projeto, realmente, de um valor muito pequeno e de uma necessidade enorme, então, eu suplico aqui aos meus pares que, realmente, façam a dispensa de interstícios e pareceres e que a gente possa votar esse projeto ainda hoje, em nome da população que tanto precisa desse serviço em Nova Lima. Muito obrigado, Senhor Presidente”. O vereador Leci Alves Campos: “vereador, o senhor me dá um aparte, por favor? Olha, eu, na realidade, prezados vereadores, eu estaria solicitando que fosse feito um parecer conjunto e que a gente votasse esse projeto na próxima reunião. Pelo o que eu vejo aqui no protocolo, esse projeto já deu entrada na Casa no dia cinco de novembro, ou seja, tem quase um mês que esse projeto já deu entrada na Casa. Então, não é porque está entrando hoje que o vereador tem que correr para votar”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “vereador, o senhor me concede um aparte?”. O vereador Leci Alves Campos: “então, deixe-me terminar então”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “ah, está bom”. O vereador Leci Alves Campos: “então, apesar de que o Secretário ligou para você, Silvânio, o Secretário ligou para você, Flávio?”. O vereador Flávio de Almeida: “oi?”. O vereador Leci Alves Campos: “o Secretário de Desenvolvimento ligou para você?”. O vereador Flávio de Almeida: “ligou, mas como o vereador Silvânio já tinha



falado, eu permaneci...”. O vereador Leci Alves Campos: “ligou para você, vereador Gilson?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “também”. O vereador Leci Alves Campos: “ligou, ligou”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “ligou para mim”. O vereador Leci Alves Campos: “para mim ele não ligou, então eu vou pedir vista”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, vereador Leci, esse projeto está na Casa desde o dia cinco e eu solicitei, não solicitei em Plenário, mas solicitei à Presidência que colocasse esse projeto em votação e ele não foi colocado”. O vereador Leci Alves Campos: “vereadora, esse projeto é aquele que você tinha comentado comigo que a gente estava aguardando?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é”. O vereador Leci Alves Campos: “então, da minha parte está ok, então. A vereadora Ângela já tinha conversado comigo, apesar...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “vereadora, me concede um aparte?”. O vereador Leci Alves Campos: “apesar, Presidente, eu estou questionando essa questão do protocolo porque eu tenho acompanhado aqui o projeto do Conselho do Direito da Pessoa Idosa e eu entrei em contato com a prefeitura, eles nos informaram que ele havia sido protocolado nesta Casa no dia quatro. Hoje é dia...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “primeiro de dezembro”. O vereador Leci Alves Campos: “dia quatro? Dia primeiro de dezembro. Ah, está certo. Dia primeiro de... Dia primeiro... Hoje é primeiro de dezembro. Foi na quarta-feira da semana passada que tinha protocolado esse projeto da pessoa idosa, então, Senhor Presidente, vamos acompanhar essa questão de protocolo aí, porque, na realidade, vereadora, a gente precisa receber rápido os projetos para a gente ter tempo de estudar e votar certo. Porque, depois, chegam as pessoas, chega a imprensa, e fala assim: ‘vereador votou errado’. Mas é claro uai, chegou com dez minutos, quer que a gente vota. Então, eu gostaria, Senhor Presidente, que tão logo seja



protocolado na Casa, a gente receba uma cópia, não é isso?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é isso aí”. O vereador Leci Alves Campos: “está bom, muito obrigado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “num passado recente, realmente, eu sou testemunha que as coisas chegavam dentro da reunião. Hoje não. Primeiro, os projetos chegam aqui, eu não vou colocar em Plenário antes de consultar o meu Jurídico. Eu tenho certeza que estou fazendo a coisa certa. Não tem nada aqui que a gente faça pirracinha como na prefeitura fazem, constantemente. Eu não sou de fazer pirracinha com ninguém. Eu acho que as coisas aqui estão andando, na minha opinião, estão andando bem. Há cobranças, mas deveriam cobrar lá também, na prefeitura. Então, eu... Chegou aqui, eu não pretendo prejudicar nada, a não ser que seja coisa grave, coisas erradas eu até devolvo para o prefeito, como de costume. Não sou obrigado a colocar coisas absurdas, que eu sou orientado para não colocar. Então, eu queria dizer isso aí”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Queria só fazer uma observação, é a terceira vez que o nobre colega atropela um pedido de dispensa de interstícios, pedindo vistas antes da hora. Observar o Regimento porque qualquer um dessa Mesa, dessas cadeiras aqui dentro, tem o direito de pedir a vista, nós sabemos disso, mas também tem o dever de respeitar o decorrer da reunião. Quando um vereador solicita o pedido de dispensa de interstícios, primeiro tem que ser consultado o Plenário, ganhando ou perdendo. E aí, ele tem todo o direito de pedir vistas, porque é a terceira vez que isso acontece aqui. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “ele não pediu vista, ele falou que...”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “gostaria de pedir vistas. Ele não pediu vista”. O vereador Leci Alves Campos: “eu gostaria de fazer um comentário também”. O Senhor



Presidente: “ele falou que gostaria de pedir vistas”. O vereador Leci Alves Campos: “na realidade, o que acontece?”. O Senhor Presidente: “eu quero pedir vistas, ele não falou...”. O vereador Leci Alves Campos: “na realidade, o que acontece? Se a gente tem o parecer das Comissões, o vereador está mais tranquilo para fazer o seu voto. E quando o vereador pede vista é porque ele ainda não está com todas as questões... Todas as suas dúvidas resolvidas para votar, e o Regimento dá a ele esse direito, Senhor Presidente. Agora, vereadora Ângela, eu apenas comentei com a Vossa Excelência isso porque eu ia sugerir, caso a gente tivesse a necessidade de fazer um estudo mais delicado do assunto, mais minucioso, é que a gente fizesse o parecer conjunto. Mas se os vereadores entendem que não precisa de parecer. Parece que alguém já comentou aqui, nesta Casa, que às vezes não precisa nem de Comissão, não é? Porque, às vezes, a Comissão não está dando parecer, não é? Mas, neste caso aí, em se tratando de urgência, em se tratando de fim de ano civil, nós estamos terminando aqui o nosso calendário, então, eu acho prudente que a gente, realmente, acelere isso”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu quero salientar que eu não disse que o vereador não tem o direito de pedir vista, ele tem todo direito e eu disse isso. Tem que respeitar o decorrer da reunião, é isso que eu estou colocando. Muito obrigado”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “o senhor me concede um aparte, vereador?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “toda”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu não concordo e não vou concordar nunca, com todo o respeito que o Jurídico me mereça nesta Casa, e eu respeito muito o Jurídico desta Casa, mas o projeto tem que vim é para os vereadores. Se eu tiver necessidade, eu vou procurar o Jurídico da Casa. O jurídico, as assessorias desta Casa têm que estar à nossa disposição, mas o projeto tem que entrar é para os vereadores, tem que ser distribuído é para



vereador. Não é ficar um mês guardado, um mês guardado porque o Jurídico está olhando. Espere aí. Quem tem que olhar o projeto, quem vai votar somos nós, vereadores, quem vai votar. Se eu tiver alguma dúvida, aí eu vou recorrer às assessorias. Agora, esperar que a assessoria olhe primeiro, para depois falar que vai mandar para o vereador? O vereador pode estar contrário ao o que a assessoria pensa. E o Plenário, vereador, não é soberano? Não é soberano? Então, eu acho que isso... Eu não concordo. Eu acho que entrou na Casa, seja o projeto que for, ele tem que vim para Plenário. Foi protocolado em tempo hábil? Tem que vim para o Plenário e o Plenário, sim, vai decidir se vai... Como que vai caminhar aquele projeto, inclusive, com a possibilidade de pedir vista. Inclusive, com a possibilidade de pedir para mudar a votação, pedir a suspensão da votação. Estou sabendo disso. Então, eu acho que tem que vim é para o Plenário e aí eu tenho que concordar com o senhor, vereador. Para quê Comissão? Para quê Comissão? Alguém já falou isso mesmo, um vereador falou já isso aqui: Comissão para quê? Comissão aqui está enfeitando esse Plenário? É para enfeitar esse Plenário? Não. Comissão é para atuar. É para atuar, para dar o seu parecer, para nos ajudar enquanto vereadores. Obrigada”. O vereador Leci Alves Campos: “vereadora, a senhora me dá um aparte?”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e pareceres para a votação do projeto em dois turnos, na segunda parte da reunião. Projeto de Lei 1.554/2015, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza a abertura de Crédito Especial Suplementar junto à Lei Orçamentária Anual nº 2.491, de 04 de fevereiro de 2015”. Em sua primeira votação...”. O vereador Leci Alves Campos: “não é votação agora não”. O vereador Flávio de Almeida: “é na outra parte”. O vereador Leci Alves Campos: “é na outra parte”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é na outra...”. O Senhor Presidente: “exatamente. Em votação a concordância



dos vereadores. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “aqui, gente, vocês têm que prestar atenção para o carro não passar na frente dos bois”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente. Eu gostaria de deixar claro que esse projeto que me informaram da prefeitura que ele foi encaminhado para a Casa, com relação às alterações do Conselho da Pessoa Idosa, nós vamos ter que contar com o apoio dos nobres colegas aí, para a gente já estudar esse projeto, para ele ser votado ainda esse ano. Então, Senhor Presidente, depois eu vou procurar cada vereador e vou ver se eu consigo na prefeitura, antecipadamente, uma cópia e vou passar para cada um, de qualquer forma, o vereador já tenha informações para que possa proceder à votação e não terminamos o ano sem votar esse projeto de grande interesse da pessoa idosa de Nova Lima”. O vereador André Vieira: “o senhor me concede um aparte, vereador?”. O Senhor Presidente: “solicito ao Senhor Secretário a leitura do projeto de lei...”. O vereador Leci Alves Campos: “concedido”. O vereador André Vieira: “só para ficar claro”. O Senhor Presidente: “concedido o aparte”. O vereador André Vieira: “só para ficar claro uma coisa aqui. É importante frisar o seguinte, o projeto quando chega na Casa, é prerrogativa do Presidente colocá-lo em pauta ou não. O que acontece é que, muitas das vezes, esses projetos são arquivados e isso é praxe, é normal em tudo quanto é Câmara Legislativa. Como nós vivemos numa Casa democrática, o que prevalece na democracia é justamente o poder do diálogo, da discussão sadia. Hoje, em conversa com o vereador Silvânio Aguiar, eu estava até... A gente estava até comentando acerca da dificuldade que existe aqui para se assimilar a importância da discussão, da discussão até em Plenário, que é uma discussão saudável, que é uma discussão sadia, ela é salutar para a democracia. Mas a verdade é que sem...



Se é por medo da discussão, não sei o que acontece, que aí ficam essas coisas. Mesmo que um projeto chegando na Casa seja distribuído para os vereadores, não significa que ele vai ser colocado em pauta porque é prerrogativa do Presidente. Então, nada, nada, absolutamente nada impede que um projeto chegando na Casa, chegue ao conhecimento, como no caso esse que, pelo visto, é mais um que vai chegar e precisa ser votado urgente. Poderia ter chegado e chegado na nossa mão, a questão se vai entrar em pauta, se não vai, isso tudo aí é articulação política, isso é coisa que buscam nos bastidores, isso faz parte, é normal. Mas é bem importante frisar que de democracia aqui não tem nada, de diálogo não tem nada aqui. Aqui não tem diálogo na Casa, aí por isso que há essa dificuldade todinha, todo mundo é surpreendido aqui no momento da votação. É só para deixar claro isso. A gente não tem conhecimento, como eu falei aqui no início, entrou a denúncia, eu não tive conhecimento da denúncia. Entra projeto e a gente não... Fazendo parte da Mesa, a gente não tem conhecimento do projeto. Então, fica essa situação aqui desagradável e, às vezes, a população fica pensando até que a gente está... Que a gente... Como que se diz? Que a gente estivesse errado. A gente não está errado. A confusão existe quando não existe ordem. Onde não existe ordem, não existe entendimento e não existe progresso. É isso”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer que há ordem aqui sim e que o Orçamento, me parece, que tem quase vinte e cinco dias que está aí na Câmara e está findando o ano. Quero dizer que o Orçamento é o projeto mais importante do município e está atrasado. Às vezes, a gente já andou cobrando, pedindo vereadores para... Principalmente hoje, pedi dois, três vereadores para olhar o que está acontecendo com o projeto do Orçamento”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, vereador”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “com relação ao



Orçamento, como o Senhor mesmo disse, é o projeto mais importante da Casa, ele está na Comissão de Orçamento, aonde eu sou o presidente e o vereador Alessandro Coxinha que faz parte da Comissão pode, inclusive, dizer quando foi que eu falei que ia marcar... Para quando que está marcada a reunião que eu falei, que a gente combinou?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “para amanhã”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “a gente marcou... A reunião está marcada com a Comissão para amanhã. A Comissão da qual fazem parte eu, o vereador Alessandro Coxinha e o vereador Gilson Marques, que são os que mais interessam em saber, a priori, a respeito do Orçamento para levar para os demais vereadores. O Orçamentário da Casa, o qual eu pedi para entregar, me entregou um parecer, eu falei isso, inclusive com os vereadores, o vereador Flávio está de testemunha que eu falei que eu vou distribuir para todos os vereadores tanto o Orçamento como o parecer, certo? Hoje, inclusive, a Secretária de Fazenda esteve aqui, inclusive, eu estranhei porque os vereadores todos estavam presentes e o Presidente nunca está presente nas reuniões de vereadores com Secretários nesta Casa. Então, se estivesse, saberia que o Orçamento... A reunião vai ser amanhã e eu vou distribuir para todos os vereadores tanto o parecer dado pelo Orçamentário da Casa, como a nossa posição e cada vereador vai poder colocar a sua emenda e colocar os seus questionamentos dentro do Orçamentário. Só lembrando que, como Presidente da Casa, o Orçamento desse ano, toda a correção foi feita por este vereador junto com a Comissão que faz parte o Alessandro Coxinha e o vereador Gilson Marques, e essa também nós estamos analisando, por ser um projeto dos mais importantes, ele realmente precisa ser analisado, justamente para não acontecer isso, de vim para aqui a toque de caixa. Obrigado”. O Senhor Presidente: “quero dizer que eu não compareci na reunião porque tenho meus afazeres como Presidente da Câmara e durante a semana eu tive uma



reunião com a Secretária, ela me deu as devidas explicações, então, por isso, eu não compareci aqui hoje, eu já sabia tudo o que ia acontecer na reunião. Eu sou muito zeloso com as coisas”. Conforme solicitação do Senhor Presidente, o Senhor Secretário proferiu leitura: 1) Projeto de Lei nº 1.555/2015, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dispõe sobre o fornecimento de repelentes de insetos às gestantes usuárias do Serviço Público de Saúde do Município de Nova Lima”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 2) Projeto de Resolução nº 144/2015, autoria da Mesa Diretora, que “Revoga o apostilamento da servidora pública efetiva Leandra Cristina Araújo Ferreira e dá outras providências”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, questão de ordem. Queria pedir ao Senhor para consultar o Plenário se tinha como a dispensa dos pareceres das Comissões e colocar em votação hoje ainda. Justificativa, por essa funcionária pública ser tanto tempo dedicada na Casa. Não, votação hoje. Passa por Comissão sim, passa por Comissão sim”. O Senhor Presidente: “passa pela Comissão”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “passa sim”. O Senhor Presidente: “Comissão de Legislação e Justiça”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “isso. Eu queria que o Senhor, por favor, consultasse o Plenário e colocasse em votação hoje, por favor. É para ajudar ela. Depois a senhora lê o parecer para a senhora ver”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e pareceres e votação do projeto, em dois turnos, na segunda parte da reunião. Projeto de Resolução 144/2015, autoria da Mesa Diretora, que “Revoga o apostilamento da servidora pública efetiva Leandra Cristina Araújo Ferreira e dá outras providências”. Em votação a solicitação do vereador Alessandro Bonifácio, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “obrigado, Presidente”. O Senhor Presidente:



“segunda parte: discussão e votação de projetos. Por de deliberação plenária, coloco o Projeto de Lei nº 1.554/2015, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza a abertura de Crédito Especial Suplementar junto à Lei Orçamentária Anual nº 2.491, de 04 de fevereiro de 2015” em sua primeira votação. Em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Projeto de Lei nº 1.554/2015, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza a abertura de Crédito Especial Suplementar junto à Lei Orçamentária Anual nº 2.491, de 04 de fevereiro de 2015” em sua segunda e última votação. Em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Nove votos favoráveis. Encaminho o Projeto de Lei nº 1.554/2015 à sanção. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Agradecer à Mesa Diretora, agradecer aos vereadores de a gente ter votado este projeto em regime de urgência, não é? A comunidade de Nova Lima agradece, não é? Porque são os projetos sociais que vão ser beneficiados com a votação nessa noite. Muito obrigada”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “um aparte, vereadora, a senhora concede? É só para deixar claro que, vereador Leci, a gente, até como Presidente da Comissão, eu sou uma pessoa que tem reivindicado muito em relação a isso, essa colocação que o senhor fez, e por isso que eu fiz a conversa com o senhor antes também porque a gente tinha conversado aqui acerca desse projeto na reunião que aconteceu mais cedo. Foi só por causa disso. É só para justificar que, como Presidente, a gente estava ciente do que estava votando, entendeu?”. O vereador Leci Alves Campos: “senhor vereador”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “por isso que eu tive o cuidado de lhe orientar porque também fui orientado. Como foi às pressas, foi na base da confiança mesmo”. O vereador Leci Alves Campos: “mas a vereadora Ângela Lima já tinha conversado comigo sobre... Que já tinha dado entrada na Casa,



não é isso vereadora? A gente estava aguardando entrar em pauta. Aí na hora que eu vi, eu não percebi que era o mesmo projeto e assim a gente decidiu por votar hoje”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “tranquilo. É só para dizer que eu concordo plenamente com as suas colocações, mas é só para esclarecer o porquê da gente ter concordado. Quando a gente tem conhecimento antes, a gente não tem dificuldade”. O Senhor Presidente: “por de deliberação plenária, coloco o Projeto de Resolução nº 144/2015, autoria da Mesa Diretora, que “Revoga o apostilamento da servidora pública efetiva Leandra Cristina Araújo Ferreira e dá outras providências”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu quero solicitar vista desse projeto uma vez que eu não entendo, não consegui entender o porquê da revoga desse apostilamento, se o sonho de todo servidor público de carreira é se apostilar. Então, há uma dúvida aí, eu quero entender o projeto, solicito vistas do projeto”. O Senhor Presidente: “é um direito do vereador, está concedida a vista”. O Senhor Presidente: “segunda parte: discussão e votação de projetos. Projeto de Lei nº 1.544...”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu acho que hoje o senhor vai... Na apresentação de inscritos da Tribuna Popular, a senhora Maria de Lourdes vai fazer o uso da palavra, não é isso?”. O Senhor Presidente: “sim”. O vereador Flávio de Almeida: “então, eu vou retirar o Projeto 1.544, de minha autoria, e o 1.544, também de minha autoria, para que ela possa ter mais tempo. Obrigado”. O Senhor Presidente: “concedida a solicitação do vereador Flávio de Almeida”. Dando sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 1.546/2015, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Dispõe sobre a aplicação e divulgação periódica de pesquisa de satisfação junto aos usuários do Sistema Municipal de Saúde e dá outras



providências”. Em discussão. Em primeira votação, aprovado por nove votos. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1)

Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Senhor Presidente seja enviada moção de pesar à família enlutada da senhora Terezinha Taveira Lopes de Farias, residente à Alameda Cecília Meireles, nº 110, Bairro Quintas II. Aprovado, oito votos. 2) O Senhor

Presidente: “próximo requerimento, vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson

Antônio Marques: “Senhor Presidente, questão de ordem. É o zero vinte e cinco?”. O

vereador Silvânio Aguiar Silva: “é o zero vinte e cinco, vereador”. O vereador Gilson

Antônio Marques: “eu gostaria de retirar ele de pauta porque eu preciso corrigi-lo”. 3)

Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Prefeito Municipal a regularização e negociação da parte financeira do fornecedor de serviços de montagem de barracas do projeto Sexta na Feira e reunião com os feirantes na busca de alternativas de

manutenção do projeto. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, este requerimento, Senhor Presidente, nobres vereadores, ele tem o objetivo de solicitar ao Executivo que faça um encontro com o responsável pela montagem das

barracas do projeto Sexta na Feira e também os feirantes. Isso de forma a juntos chegarem à solução do problema aí, que na última sexta-feira tivemos o desprazer de não ter o projeto Sexta na Feira na praça. Além, como disse, da ferramenta cultural, esse

projeto é uma fonte de renda para diversas famílias. Então, que a gente aguarda, então, que o Executivo faça essa regularização. Muito obrigado”. O vereador Silvânio Aguiar

Silva: “Senhor Presidente. Senhor vereador, eu não vou pedir que assine junto o seu requerimento, mas eu quero fazer alguns comentários e dizer que é de extrema importância esse seu pedido e que o prefeito possa, de fato, a administração, o Secretário, talvez, que eu acredito que o prefeito, como é uma coisa tão pequena, ele



não deve nem de ter um conhecimento, assim, muito com relação a isso. Desculpa Leci. Não. É porque realmente é extremamente importante para a cidade. Olha, o comércio de Nova Lima, ele está todo defasado devido à crise do município, devido à crise do estado, do país e do mundo, não é? Os funcionários público com pagamentos atrasados e aí eu penso, senhor vereador Leci, e foi por isso que eu queria a atenção do senhor nesse sentido, que é de extrema importância esse seu pedido, uma vez que muitas dessas famílias, eu compactuo da ideia do senhor, elas vivem especificamente dessa Feira aqui. E aí deixar de funcionar a Feira porque o sujeito que montava lá as barracas, ele não recebeu na prefeitura, é uma covardia com esses feirantes que não tem tamanho. Na época do Uaiktoberfest eu fiz um requerimento aqui pedindo que estas pessoas fossem pelo menos ouvidas porque nem isso elas foram, não é? E aí eu penso que... Fecha lá, deixa de fazer a Sexta na Feira por causa do Uaiktoberfest, depois tem outro evento, não faz Sexta na Feira, aí, agora de último, vem e 'ah não, não vai poder ter hoje porque o cidadão lá que montava as barracas, ele não pode montar porque não recebeu'. Eu penso que realmente o município está numa crise muito brava e que a gente precisa de reanalisar esse, talvez até esses contratos, quem sabe até os próprios feirantes passem a montar essas barracas, mas deixar a Sexta na Feira sem acontecer em função disso, eu acho, eu vou dizer uma verdade senhor vereador, eu acho que é uma covardia com esses que vivem... E eles não prestam ali um serviço, não é só renda para eles não, sabe, senhor vereador e senhores demais vereadores? Aquilo ali é uma questão de cultura da cidade, as pessoas saem de suas casas no final de semana, que já não está tendo nada e vão para a Sexta na Feira para conversar, para trocar ideia e chega aqui, porque o cara não montou, porque o cidadão não montou, perdão, a barraca, aí o feirante fica lá sem poder usufruir daquele serviço. Então, parabéns pelo seu requerimento. Não vou pedir



para assinar junto, mas o parabenizo e digo que o senhor está certíssimo. Vou votar a favor, inclusive”. O vereador Leci Alves Campos: “senhor vereador, só para complementar as informações, eu reforcei no pedido aí para ser verificado junto ao Executivo, uma vez que eu procurei o Secretário para tratar desse assunto e ele se encontra afastado por motivos de saúde, então por isso que eu gostaria do empenho do Executivo diretamente para acelerar e resolver logo, logo. Obrigado”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de dizer que eu não concordo com o colega vereador Silvânio Aguiar quando ele diz que poderia estudar para os feirantes pagarem. Eu sei que a prefeitura está em maus lençóis financeiramente, mas isso é uma mixaria, isso é um pingo d’água no oceano. O comércio já está tão fraco, tão ruim. O pessoal fica aí debaixo de chuva lutando pelo seu sustento porque muitos dependem dessa renda. Isso aí é um absurdo a prefeitura não pagar a pessoa que arma a barraca. Como foi dito aqui, não vou alongar, é a tradição da cidade. Isso foi sucesso e é sucesso. Então, eu não posso concordar, vereador, com essa sugestão do senhor. Obrigado”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. O Senhor Presidente: “o vereador Flávio de Almeida pediu primeiro”. O vereador Flávio de Almeida: “é rápido. São duas coisas, não é? Primeiro, que se o moço não veio montar as barracas, não tem dificuldade, é só ligar para o pátio de obras e o pátio de obras vem mais cedo e monta. Isso aí é... A gente fica ouvindo essas coisas, é até de doer o ouvido da gente, porque o pátio de obras está lá, quantas vezes já ocorreu isso e o pátio montou as barracas? E a segunda coisa é que no meio de um tumulto imenso que é uma crise, onde todo mundo fala sobre crise, crise, a gente vai ouvindo essas coisas. Mas hoje, aqui na reunião, ninguém falou, nós tivemos uma reunião boa aqui, quatro horas, onde a Secretária de Fazenda anunciou que pagará



o décimo terceiro. Então, virá, não é? Então, ou seja, mais uma alegria para os funcionários, não é isso? Então, as coisas boas também nós temos que falar uai. Deveria ser pago, não é? Mas a notícia é maravilhosa”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “o senhor me dá um aparte?”. O vereador Flávio de Almeida: “lógico, vereadora”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “primeiro, eu gostaria de falar o seguinte, o vereador Silvânio Aguiar não falou para os feirantes pagarem não, falou para eles mesmos montarem. Isso eu acho ótimo, que bom, que eles aprendam a montar. E segundo, eu quero falar que o fornecedor, já foi acertado com... A prefeitura já acertou com o fornecedor e já está tudo resolvido, viu, vereador? Certo? Está certo? Obrigada”. O vereador Flávio de Almeida: “mas, vereadora líder, eu queria que a senhora também falasse, foi isso que a gente ouviu aqui ou não?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “hein?”. O vereador Flávio de Almeida: “que o décimo terceiro será pago”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “o décimo terceiro vai ser pago”. O vereador Flávio de Almeida: “foi isso que nós ouvimos, não é?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “vai ser pago, foi o que nós ouvimos da Secretária. E ela está buscando mais recursos, inclusive, para diminuir o acerto dos outros fornecedores, que ela está pagando o mês e mais um; o mês e mais um, para ver se ela resolve até fevereiro estar quitando tudo e deixar a prefeitura realmente numa situação favorável”. O vereador Flávio de Almeida: “então, a Casa também traz boas notícias, está vendo, aí. Num momento ruim”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “a Casa traz, é claro que traz”. O vereador Flávio de Almeida: “obrigado, Presidente”. Requerimento aprovado por nove votos. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Presidente. Queria que o Senhor consultasse o Plenário a possibilidade de eu colocar um requerimento fora de pauta”. O Senhor Presidente: “é



um requerimento?”. O vereador André Vieira: “é um requerimento”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador André Vieira para a colocação...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “do requerimento”. O Senhor Presidente: “de um requerimento fora de pauta. Se o Plenário concordar, permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. 4) Da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer que esta Casa Legislativa faça encaminhar uma moção de congratulações para o Dr. Juarez Morais de Azevedo, que foi agraciado com a “Medalha Jason Albergaria” do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em cerimônia realizada ontem, dia 30 de novembro de 2015. Aprovado, nove votos. 5) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Chefe do Executivo Municipal que os serviços de “bota-fora” e capina no nosso município sejam ampliados, otimizados e amplamente divulgados à população. Em discussão, o vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, esse meu requerimento vem numa hora em que a gente percebe, assim, de fato, a cidade totalmente suja. Quando eu coloco essa questão, na semana passada, a gente falou aqui de algumas inundações que vinham acontecendo na cidade. Na semana passada, eu vi a Praça do Mercado lá em cima, perto do antigo portão da Morro Velho, totalmente cheia d’água. Tiveram carros que pararam para passar ali porque estava muito cheio. Isso, em função de lixo e de entulho dentro dos bueiros. Mas para a cidade, para os bairros mais da periferia, a coisa fica pior ainda, porque não está acontecendo a capina, ou se está acontecendo, ela está a passos muito lentos. Aí, Senhor Presidente, infelizmente, a gente vê tudo isso que a gente descreveu aí no nosso requerimento. Eu recebi um grupo de pessoas que moram na Avenida Aldo Zanini e aí a gente faz uma caminhada na Aldo Zanini ali, eu fui obrigado a concordar que a Aldo Zanini está uma vergonha. A senhora me relatou que ela encontrou cobra dentro de casa, dentro da casa dela. A cobra saiu da



banqueta, que está totalmente cheia de mato, e ela foi parar dentro da casa de uma pessoa. Isso sem falar em caranguejo, em tantos outros insetos que são provenientes daquele mato todo que está ali. A dengue é um problema sério na nossa cidade, é um problema sério no país. As pessoas têm que contribuir. Mas a prefeitura, o Poder Executivo e nós aqui do Legislativo, nós temos também que contribuir com isso, fazendo a limpeza dos quintais e, principalmente, a limpeza das ruas. Já há umas duas, três semanas também, que eu fiz um requerimento aqui, dizendo dos carros parados na rua. Eu lembro que o vereador Gilson até fez um comentário com relação ao bairro Nova Suíça, e aí, população de Nova Lima que vive essa dificuldade, eu penso que nós temos que nos mobilizar para fazer com que, primeiro, que a população tenha consciência de que o móvel que ela não vai usar mais, o lugar dele não é, de maneira nenhuma, na esquina da rua ou na frente de um lote mais vazio. A pessoa precisa de dar um fim mais adequado para esses materiais. E, segundo, que a prefeitura tem que tomar consciência que isso na rua vai causar dengue, vai causar vários outros problemas que, com certeza, vai pingar no posto de saúde e vai gastar o dinheiro nosso, tão já regrado, vai gastar em função de toda essa questão. Então, eu suplico aqui aos meus pares que aprovem...”. O vereador André Vieira: “o senhor me concede um aparte?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “comigo este requerimento, não para atender, mais uma vez, o vereador, mas em nome da cidade que vive numa situação muito difícil. Senhor vereador, eu vou terminar, mas é rapidinho, aí eu dou o aparte ao senhor e não falo mais, eu prometo. No Bela Fama, Senhor Presidente, como teve a obra, teve o início da obra lá, se o Senhor passar na Rua Rio Doce, por exemplo, dá vergonha de passar na Rua Rio Doce, ela está esburacada de cima até o final da rua. Você não consegue passar de carro direito, parece que nós retrocedemos no tempo com relação à questão da



manutenção. O esgoto, eles vão lá e fazem, não é? O pessoal do pátio de obras, eu tenho certeza, faz com a maior boa vontade, mas dadas as dificuldades que eles estão tendo, eles vão lá e desentopem o esgoto de manhã, de tarde ele está lá arreventado outra vez. A cidade não pode viver nessa situação, Senhor Presidente. Eu penso que nós temos que tomar uma providência muito séria com relação a essa questão da manutenção e do cuidado do prefeito com a cidade. Eu me lembro que quando era mais novo, meu pai tinha mania de falar assim, quando a gente deixava a casa muito suja, aí, às vezes, deixava a cozinha sem arrumar, aquela coisa toda, meu pai falava assim: ‘é pela entrada da casa que se conhece o dono’. Não, é pela entrada da cidade que se conhece o prefeito, não é? E assim também, isso que a gente aprendeu no passado, que a gente tem que cuidar bem da casa da gente, a Administração Municipal tem que cuidar bem da cidade porque senão fica o que a gente tem visto aí. Eu vou conceder um aparte ao vereador André Vieira”. O vereador Leci Alves Campos: “eu também vou querer, Silvânio”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “concedo o aparte”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu também vou querer um aparte”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “concedo o aparte ao senhor”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “vereador, eu queria, primeiramente, parabenizá-lo pelo requerimento. Eu vou falar dentro do seu requerimento porque eu vim para essa... Eu vim disposto a fazer um requerimento verbal solicitando até algo mais, mesmo em meio à crise que a gente está enfrentando, solicitando ao Poder Executivo um empenho maior, ainda que com material humano, no trabalho de combate à dengue. Ainda que mesmo em meio à crise. A gente sabe que acaba sempre contratando por necessidade, e o caso da dengue é, realmente, um caso de calamidade, é uma coisa grave, essa peste tem cada dia se tornado mais pestilenta ainda, não é? Era, a gente só conhecia como ‘a dengue’, transmissor da dengue. De repente,



tem a chikungunya, agora tem a tal da zica e que é um problema sério, seríssimo mesmo. E o Poder Executivo tem, realmente, o seu papel, tem que atentar para isso, porque um surto é algo que, depois de detectado, aí você pode até tentar combater, mas a causa já vai ter feito um estrago tremendo como tem acontecido no nordeste, aonde várias crianças estão nascendo com problema encefálico, não é? Que se fala. Aí é com o Dr., como é que fala, Dr.?”. O vereador Leci Alves Campos: “microcefalia”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “microcefalia, é isso aí”. O vereador Fausto Niquini: “é devido à zica, não é?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “então... Devido à zica, não é? Aí, o que acontece? Mas só que eu queria, ô vereador Silvânio, só aproveitar o gancho do seu requerimento, eu ia falar isso no meu requerimento, mas para fazer um alerta para a população de Nova Lima. Semana passada, quando a gente tocou no assunto dos animais, eu falei da responsabilidade da população em relação aos animais. É claro que a gente não está aqui querendo isentar a responsabilidade do Poder Executivo que tem que, realmente, botar o bota-fora para fora e fazer ele funcionar. Tem, realmente, que intensificar maior a propaganda, a divulgação em relação dos perigos da dengue, tem que trabalhar, tem que ser feito, mesmo com toda a crise que o município atravessa, isso tem que se colocar como prioridade. Então, a gente não está aqui querendo isentar a responsabilidade do Poder Executivo, inclusive, eu vou fazer um requerimento para que ele, nem que tenha que contratar mais gente, mas ele intensifique o combate à dengue. O meu requerimento é mais em relação ao pessoal mesmo que faz aquele trabalho de combate nas casas. Mas eu queria aproveitar o requerimento para dar, mais uma vez, um recado para a população, porque é coisa natural, por mais que se fale, é aquela história, enquanto não chega na nossa casa, você acha que o problema nunca vai te atingir. Mas você anda para um lado e para o outro, aí



está lá, vaso cheio, é lixo acumulando água. Com essas chuvas, é lixo entulhado. O lixo de fora de casa é responsabilidade da prefeitura, e o lixo de dentro de casa? E o terreno, e o imóvel que ele tem dono, é cercado, você não pode lá, quem está sem casa não pode ir lá invadir, mas ele está lá acumulando lixo, acumulando água parada e sendo um foco que atinge todo o bairro. Então, a gente... O governo tem sua responsabilidade, nós estamos aqui para cobrar isso, mas a população, mais uma vez, eu faço aqui um apelo à população, a dengue é um caso realmente grave, sério. Esse mosquito não é, ele não é... Ele é pequenininho, mas ele é atrevido, então não deixe água parada na sua casa. Eu estou fazendo aqui uma coisa... Eu estou fazendo um apelo aqui, porque eu sei que a nossa voz aqui no Plenário acaba ecoando, porque é muito fácil, às vezes, a gente cobrar dos outros, mas o nosso direito termina quando começa o dos outros. Então, é direito, é dever de todo mundo também cuidar da porta para dentro. E, principalmente, essas pessoas que têm imóveis, e se for da prefeitura a responsabilidade é dela, e aqueles que são particulares, essas pessoas que têm imóvel, elas têm a obrigação de manter o imóvel limpo, porque é a população toda que está correndo risco. Era isso o que eu queria falar”. O vereador Leci Alves Campos: “vereador Silvânio, é só para ilustrar um comentário de Vossa Excelência aí sobre a questão do carro abandonado. Uma pessoa me procurou essa semana, disse que na porta da casa dela, há mais de seis meses, tinha um carro abandonado e ligou lá na Secretaria de Trânsito para poder fazer o recolhimento. Eles informaram que não podiam porque o pátio está lotado. Então, a gente tem que tomar cuidado até com relação à dengue. De repente, o pátio vai estar cheio de carros, realmente, e pode ser um grande foco de proliferação da doença”. O Senhor Presidente: “vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu queria parabenizar o senhor pelo requerimento, mas fazer um comentário. Eu, na



qualidade de ex-secretário de obras, eu fico triste quando vejo esse negócio aí, em especial, quando a culpa recai sobre a prefeitura. Porque desde longas datas, a prefeitura vem tentando fazer o serviço dela. Ela tinha um serviço de caçamba, ela tem um caminhão e uma máquina específica para recolher entulho na rua, muitos homens de capina, de limpeza, mas dói a falta de consciência da população. Dói. Eu cansei de limpar uma rua de manhã, meio-dia tinha o dobro do lixo que limpou lá. Infelizmente, tem muita gente sem educação nessa cidade. E eu cansei de pedir à Secretaria de Meio Ambiente e aproveitei o momento para refazer esse pedido, que desenvolva uma campanha educacional, porque Nova Lima precisa dessa campanha. Essa dengue, esse desleixo, isso não é tudo só do governo não. Isso tem muita participação de determinados moradores, não são todos não. Aí entra aquele ditado que os feios pagam pelos bonitos, não é? Os bonitos pagam pelos feios, vice-versa. Porque, infelizmente, o lixo tem lá o dia de passar o coletor, ‘ah, vai passar quarta-feira’, o sujeito espera o caminhão passar, vai lá, bota o lixo lá, fica até na outra quarta-feira. Cachorro rasga, ninguém está nem aí, quer dizer, é muito difícil combater isso. Precisa, urgentemente, de uma campanha educacional, mas precisa muito mais do que a campanha, precisa de consciência do próprio munícipe. Muito obrigado”. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente, pela ordem. Só gostaria de salientar aqui, vereador pastor André, que o mosquitinho que o senhor se referiu, o *Aedes Aegypti*, só ele, existem quatro tipos de vírus só da dengue. Então, eu acho que é muito importante, realmente, todo mundo se preocupar em realmente, até parece... Outro dia eu fui fazer esse comentário com uma pessoa, ela falou assim: ‘olha, Dr. Fausto, mas todo mundo já sabe da dengue, não é? As mídias sempre aí’. Mas é incrível, qualquer lugar que você vai, qualquer rua que você vai, é um carro abandonado, é um pneu, é uma lata vazia, é uma garrafa pet, entendeu?



Então, a gente tem que bater sempre. O senhor foi muito feliz no seu requerimento, que principalmente a gente que é da saúde, a gente observa. Então, outro dia mesmo eu fui à Mariana, na casa de minha avó, a vizinha lá, quando eu estou chegando assim, eu olhei lá, tem o vaso... O vaso de planta dela, o pratinho embaixo com água empoçada. Todo mundo sabe que deve-se colocar, encher o pratinho com areia, não sabe disso? Mas estava lá. Então, por mais que a gente fala... Se fosse assim, nós não estaríamos hoje aí com essa variedade enorme do mosquito, não é? E agora com essa bendita zica também...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “maldita”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “maldita, exatamente, principalmente com... Agora que foi descoberto, não é? Foi provado, está mais do que provado que o mosquito, realmente, está causando, principalmente lá no nordeste, ontem mesmo eu vi uma entrevista do governador de Pernambuco, que... Eu não sei quantos casos lá de microcefalia, não é? Mais de duzentos casos de microcefalia só lá no estado. E microcefalia, gente, a criança realmente nasce... É o cérebro pequeno, não é? Então, você já imagina as alterações neurológicas, as sequelas que essas crianças nascem. E eu gostaria de aproveitar aqui também para fazer um alerta à população, viu, Senhor Presidente? É rapidinho. Nós temos aqui... No mundo nós temos trinta e sete milhões de pessoas que estão infectadas pelo HIV, que é o vírus da Aids. E apenas 54% dessas pessoas sabem que são soropositivos. E no Brasil existem setecentos e oitenta mil portadores de HIV e somente quatrocentos e cinquenta mil estão em tratamento, ou seja, pouco mais da metade. Então, repetindo, no Brasil existem setecentos e oitenta mil portadores de HIV e somente quatrocentos e cinquenta mil estão em tratamento. Mas tem uma boa notícia que a partir de 2016 agora, estarão nas farmácias o kit do HIV, é o auto-teste HIV. Então, isso vai ser muito bom porque qualquer um pode chegar na farmácia e comprar r



esse kit do HIV, porque muitas das vezes existe um nicho de pessoas que, às vezes, tem vergonha de falar com o médico: ‘ô doutor, o senhor poderia fazer uma solicitação aí de um teste anti-HIV para mim?’. Então, isso vai facilitar muito e é muito importante porque hoje a maior prevenção de disseminar o vírus HIV é tratar-se, não é? Então, nós temos aí várias pessoas que são HIV positivos e estão aí há mais de dez anos, quinze anos vivendo tranquilamente e não transmitindo esse vírus. Muito obrigado, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu também quero parabenizar o vereador Silvânio Aguiar por esse requerimento. Quero dizer que a prefeitura tem culpa sim, muita culpa, porque a Consita é a contratada da prefeitura e ela fatura alto. Então, a prefeitura tem a obrigação de exigir da Consita que ela exerça a limpeza da cidade com qualidade. Eu moro aqui na Rua Brumadinho, atrás da prefeitura, eu tenho vergonha de ser vereador. Lá perto de casa vai aparecer não é cobra não, vai aparecer qualquer hora é onça. O ano todo... Vai lá, o mato está mais de dois metros. A minha esposa já teve a dengue. Então, a prefeitura é culpada quando a prefeitura não dá um jeito naqueles malditos carros no pátio de apreensão, há vinte anos que eu falo isso aqui. E eu fui numa reunião na prefeitura, uma funcionária, que eu não vou citar o nome, disse que ali não tem problema não, aquela região não tem problema. Eu sou sabedor que morreu uma jovem lá com dengue hemorrágica, dezesseis anos. Então, eu acho que não tem que ficar passando a mão na cabeça da prefeitura. A prefeitura tem que cobrar da Consita sim. Quero elogiar aqui o ex-secretário Gilson, a prefeitura tem que ter pulso, com o Gilson acontecia isso? Eu tenho certeza que ele cobrava da Consita. Então, eu participei de uma reunião lá na prefeitura, no gabinete do prefeito, quando o pessoal da Consita fez greve. Nós cobramos isso, tem um ano e pouco. Então, eu... Cada um tem seu modo de pensar. Eu não sei, na Avenida Henrique Otero, ela, o ano todo, ela tem uma grande parte dela



que é sujeira até dois metros de altura. Pedi que a prefeitura, ao longo dos vinte e três anos que estou nesta Casa, que fizesse um jateamento naquele barranco da Rua Brumadinho, na escadaria. Todos os prefeitos me negaram, inclusive, Cassinho. Na época que tinha dinheiro, na hora que a prefeitura estava abarrotada de dinheiro, nesses longos vinte e três anos, não tiveram o zelo de construir, não é? Fazer lá como foi feito em vários lugares e solucionar o problema. Vai lá, parece que tem uma maldição naquela rua ali, que o mato cresce mais do que os outros. Eu não sei se os meus inimigos jogam lá uns adubos, eu não sei, porque pelo amor de Deus eu tenho vergonha. Eu não peço mais porque isso é sacanagem, isso é sujeira principalmente com este vereador. Todo ano eu solicito, passam lá para vocês verem. A prefeitura tem culpa em muita coisa, eu não vou passar a mão na cabeça não”. Requerimento aprovado por nove votos. 6) Do vereador Gilson Antônio Marques: Requer que esta augusta Casa Legislativa organize, nos termos regimentais, sessão de audiência pública para debater sobre a situação das barragens de rejeito de minério que estão ou não operando em nosso município. Em discussão, o vereador Gilson Antônio Marques: “eu estou fazendo esse requerimento dessa audiência porque esse negócio que aconteceu em Mariana me chamou muita atenção, não só o desabamento da barragem, o transtorno que ela causou. O que me chamou atenção que os governantes, o estado, o município comeram o dinheiro do imposto daquela barragem durante décadas, décadas e décadas, não fizeram nada, nem fiscalizaram direito. Quando a barragem caiu, a culpa foi só da empresa, só se fala na Samarco, a empresa... Só da Samarco. Não sou sócio da Samarco não. Eu estou dizendo que a negligência da fiscalização em todos os âmbitos é que permitiu que aquilo ocorresse. Então, a minha intenção é juntar todos os órgãos envolvidos nas questões ambientais da nossa cidade, dos arredores, para que essa fiscalização que



faltou lá não falte aqui daqui por diante, para que não venhamos sofrer as mesmas consequências que todo esse trajeto aí do Rio Doce está sofrendo com esse desabamento. Muito obrigado”. Requerimento aprovado por nove votos. 7) O Senhor Presidente: “próximo requerimento, vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar: “Senhor Presidente, esse requerimento é de minha autoria, eu vou pedir que o Senhor retire-o de pauta, mas em substituição a ele, eu vou fazer no final aqui um requerimento verbal, ok?”. 8) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer que esta respeitosa Casa envie moção de pesar para a família da Sra. Valéria Ferreira Vale pelo falecimento no dia 27 de novembro de 2015. Aprovado, nove votos. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Ainda tem muito requerimento ainda?”. O Senhor Presidente: “três”. O vereador Flávio de Almeida: “ah, então...”. 9) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Senhor Prefeito Municipal, junto à Secretaria Municipal responsável, o calçamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, 190 – Vale do Sereno. Aprovado, nove votos. 10) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Senhor Prefeito Municipal, junto à Secretaria Municipal de Saúde, responsável pelo setor de Ação Social da Saúde, o retorno imediato de abertura de processos para avaliação médica. Aprovado, nove votos. O Senhor Presidente: “eu pediria que, falta só mais um requerimento, para eu não usar a Tribuna, que tem uma senhora inscrita, dar preferência...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “falta um requerimento meu”. O Senhor Presidente: “sim. Eu gostaria de solicitar ao Secretário a leitura e eu vou fazer um requerimento em cima dessa leitura aqui, que é um absurdo uma resposta do DER”. O Senhor Secretário proferiu leitura: “Correspondência Interna do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais. Data: 11/11/2015. De: Anderson Tavares Abras, Gerente de Tráfego e Segurança Viária.



Assunto: Solicitação de solução técnica adequada a ser instalada no trecho da rodovia para garantir sua desaceleração e a segurança dos pedestres. Rodovia MG030-km 22. Trevo de acesso ao bairro Chácara dos Cristais. Prezados, Referente ao Ofício nº 1845/2015, oriundo da 1ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Nova Lima, que requisita sugestão de solução técnica adequada a ser instalada no trecho referente ao trevo de acesso ao bairro Chácara dos Cristais na rodovia MG030 para garantir a desaceleração dos veículos e a segurança dos pedestres que a utilizam, temos a informar: o trecho da rodovia MG030 onde está localizado o acesso em questão pertence à malha sob a responsabilidade da 1ª Coordenadoria Regional do DER/MG. A via de acesso à rodovia foi executada pela Prefeitura Municipal de Nova Lima; o acesso ao bairro Chácara dos Cristais está posicionado à direita da rodovia, no sentido Rio Acima – Belo Horizonte, em um trecho em rampa, composto por uma plataforma de seção mista (à esquerda existe um talude de corte e à direita um talude de aterro); em função das condições topográficas do terreno onde está localizado o acesso, a legislação em vigor não permite a instalação de ondulação transversal ou de faixa elevada para a travessia de pedestres; técnicos da Gerência de Tráfego e Segurança Viária da Diretoria de Operações estiveram no local realizando estudos de engenharia com foco na redução das velocidades praticadas no segmento. Com base nestes estudos foi elaborada proposta de reforço da sinalização visando o aumento da segurança viária, que será incluída no cronograma de execução de obras da 1ª CRG e executada conforme disponibilidade orçamentária. Atenciosamente, Anderson Tavares Abras, Gerente de Tráfego e Segurança Viária, Diretoria de Operações”. O Senhor Presidente: “é, Flávio, Coxinha, vocês me ofereceram, não é? Eu gostaria de fazer um pequeno comentário aqui e pedir ao Plenário que concedesse esse minuto aqui para o vereador. Vocês me



deram uma sugestão há uns quinze dias, nós vamos ter que queimar pneu mesmo. E o DER falar que não tem solução? Tem solução sim. Pegaram a passarela e, pelos comentários em Nova Lima, levaram para o bairro rico. Não instalaram porque eles estão com um pouco de vergonha, mas vão instalar. Quero dizer que lá em Santa Rita o DER retirou o radar... Após o bairro Santa Rita, retirou o radar. Lá trafegam carros a cento e vinte, até cento e quarenta, está em frente a um barraco que eu tenho lá. É de estarrecer, o DER, além de não fazer, ele atrapalha. Há quantos e quantos anos que eu venho colocando isso aqui na Câmara? Já faleceram três pessoas no Bairro dos Cristais lá. Eles solucionaram lá no pontilhão com os quebra-molas, ficou muito bom, porque morreu a sobrinha do Ailton Otinha e, após a morte, com quinze dias eles colocaram. O quebra-molas instalado ali no BH Shopping, aqui no alto, não era para o BH Shopping, era lá em cima, na travessia perigosa, aonde já morreram algumas pessoas de atropelamento, mas lá é pobre. Queimaram pneus, prometeram, pararam o trânsito e não fizeram. Então, eu não vou alongar mais. É uma vergonha esse DER. Lá no Trevo dos Cristais, volto a frisar, já morreram três pessoas. Eu mandei um outro ofício para lá dizendo se eles estão esperando que morram mais pessoas. Custa? Se não vai colocar aquela porcaria daquela passarela, que eles inventam tudo em cima daquela passarela, coloca o radar, coloca o quebra-molas. Coloca os quebra-molas. Então, eu já tive muita paciência, vou pedir que vocês, realmente, me deem apoio porque, às vezes, pode ter até agressão lá, policial contra o nosso povo, isso não pode acontecer. Para finalizar, aquele Trevo lá da Bela Fama, este vereador batalhou a vida toda. Aquela moça do Galo faleceu, eu já disse aqui semana retrasada, os vereadores de Raposos, num total de oito, e eu fomos lá, o pessoal paralisou, aí veio Rede Globo, eles solucionaram. Uma obra simples, nunca mais teve problema lá. Pedi... Nós fomos até no governador para colocar



quebra-molas? A vereadora Ângela, foram cinco, seis, o Silvânio, foram cinco ou seis vereadores até ao governador. Será que tem uma praga naquele lugar ali? Será que eles têm ódio de pobre? Porque aquela região nossa ali é uma região de trabalhadores, saem de casa cinco horas da manhã e, às vezes, retornam meia-noite. Então, eu pediria pelo amor de Deus que o prefeito desse um apoio nesta causa porque eu não aguento mais, o povo cobra e lá eles descem é a cento e vinte. Vai lá e olha, a frenagem está lá, semana retrasada eu falei aqui, uns cinquenta metros, o rastro do pneu está lá. Então, eu fico chateado. Será possível acontecer isso na nossa cidade? Continua... Então, nós vamos para o pau, o dia que parar o trânsito, vamos ver o que vai fazer”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu vou terminar”. O vereador Gilson Antônio Marques: “dentro desse assunto”. O Senhor Presidente: “sim. Eu vou terminar aqui, eu passo para o senhor a palavra. Eu quero dizer que eu vou precisar, não é? Porque eu estou vendo a hora que vai morrer um trabalhador ali, uma trabalhadora. Então, eu pediria, nós vamos juntos, a Câmara dar apoio não para o José Guedes, que eu passo ali é de carro, graças a Deus. Então, agora nós temos que agir. Eu não gostaria nunca de fazer manifesto, queimar pneu, mas nós vamos parar e eles vão ver o que é bom. Com a palavra, o vereador Gilson”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu queria só aproveitar o momento dessa fala porque hoje eu fui procurado pelo pessoal da associação do bairro de Vossa Excelência, dos Cristais, me pedindo exatamente para conversar com o Senhor para promover uma conversa deles com a Promotora para falar sobre a transferência dessa passarela. Então, eu queria transferir essa responsabilidade aí. O Senhor conhece todo mundo lá, eu vou pedir à pessoa que me procurou para procurar o Senhor amanhã e o Senhor tentar uma conversa deles com a Promotora, porque eles também não engolem essa transferência não. E eu



acho justo e somatório à nossa causa”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de responder ao senhor que eu, juntamente com a Dra., nós já fomos lá e conversamos com a Promotora, ela falou que há a possibilidade dos quebra-molas. Então, eles estão passando por cima da ordem, tem um ofício aqui da Promotora cobrando deles. Então, eles não obedecem ninguém, é um... Eu, para finalizar, eu consegui com um empresário os quebra-molas, que eles alegam que não tem dinheiro, então eu consegui, corri atrás. A pessoa está disposta porque é uma mixaria, isso é desculpa porca do DER, não tem dinheiro para fazer quebra-molas? Não querem fazer. Então...”. O vereador Flávio de Almeida: “o Senhor me concede um aparte?”. O Senhor Presidente: “concedo”. O vereador Flávio de Almeida: “eu acho que são duas coisas, não é? A primeira é o ato de manifestar, é um ato legal, é aonde o nosso povo consegue ser ouvido através da manifestação. E o outro é a gente pedir para o mesmo técnico que assinou o papel mandar para esta Casa o que ele pensa da passarela lá no Vale dos Cristais porque o declive é o mesmo, é só ele mandar para esta Casa, o mesmo posicionamento, porque lá o posicionamento é o mesmo, o declive é o mesmo. É a mesma situação encontrada aqui é encontrada lá, aí vamos... O Senhor faz o requerimento e pede para ele que ele mande para a Casa dizendo... Um parecer técnico lá do Vale dos Cristais, só para a gente ver o posicionamento dele. Se é um posicionamento realmente correto de um profissional ou se é de uma pessoa que pensa realmente sempre a favor do que mais tem”. O vereador Gilson Antônio Marques: “me dá um aparte, vereador?”. O vereador Flávio de Almeida: “toda”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu pediria o Dr. Diego aqui que providenciasse, o mais rápido possível, este ofício para o DER. Com a palavra, o vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu queria só implementar a fala do vereador Flávio, dizendo que é



com um agravante porque lá, onde eles transferiram a passarela, já existe por si só um redutor natural que é aquela curva acentuada que tem ali nas ETE's e todo mundo que passa por ali conhece as curvas e já vêm reduzindo a velocidade, senão ele não faz a curva. E ali, onde ela foi designada, é como o Senhor disse, são cento e vinte, cento e quarenta por hora, não tem nem como frear se entrar um cidadão na frente. Então, eu queria aproveitar e ratificar aqui o pedido, que o Senhor receba o pessoal da associação e que conduza eles até a Promotora porque vai fortalecer o nosso movimento". O Senhor Presidente: "perfeitamente". O vereador Flávio de Almeida: "ainda tem um agravante lá em cima, porque nesse país a gente está vendo que tem alguns crimes que têm mais valor que os outros, não é? O que vai matar de animal silvestre lá, porque a gente não vê pessoas ali, não é? Então, a gente já viu na última agora que quando mata pessoas igual a Samarco matou, está tudo bem, paga uma multa, não é? Mas quando mata um animal silvestre é cadeia certa. Então, tem que pensar nisso com aquela passarela lá, não é? Tem que avisar para o técnico aí também. Obrigado". Requerimento aprovado por nove votos. 11) Do vereador André Luiz Vieira da Silva: Requer à Mesa Diretora seja realizada uma homenagem à Associação Nova Lima Esporte Clube no dia 17 de dezembro de 2015, às 19h30min. Em discussão, o vereador André Luiz Vieira da Silva: "Senhor Presidente, primeiro eu queria cumprimentar o nosso amigo Marcelo que faz parte da equipe também que cuida do rúgbi de Nova Lima. Na verdade, essa associação é a associação responsável pelo time de rúgbi da cidade que tem se destacado a nível nacional e tem servido até de exemplo para outras cidades, inclusive para Belo Horizonte. E eu queria dizer que quando se fala em esporte, geralmente nesta Casa como em qualquer lugar do Brasil, se atribui logo o pensamento ao futebol, não é? Onde se fala em esportes só se fala em futebol. O Brasil vai sediar as Olimpíadas no ano



que vem e as Olimpíadas envolvem todos os esportes e o esporte é uma ferramenta fundamental, principalmente na ressocialização de jovens. Quem trabalha com ONG's, com essas instituições de caridade, sabe muito bem o valor que o esporte tem como ferramenta para ajudar no combate às drogas, no combate à ociosidade que principalmente os jovens vivem. E o rúgbi tem desenvolvido um papel muito bacana dentro da cidade e é mais do que justo porque ele tem levado a homenagem... Eles têm levado o nome da cidade através de um esporte que, até então, era desconhecido, mas que tem se tornado notório dentro do Estado de Minas Gerais. Eu estive conversando com o Secretário de Esporte esses dias e fui surpreendido por ele conhecer o trabalho do rúgbi, a Secretaria, inclusive, está buscando algumas parcerias com o rúgbi da nossa cidade e é mais do que justo, antes até mesmo que eles recebam homenagens de fora, que nós venhamos fazer essa homenagem a essa equipe que tem se dedicado aí com o único intuito de levar, realmente, alegria e diversão através de um esporte saudável que é o rúgbi dentro da nossa cidade. Por isso eu peço o apoio dos meus pares, obrigado".

Requerimento aprovado por nove votos. O Senhor Presidente: "eu pediria, tem uma oradora inscrita, eu pediria que os vereadores colaborassem e não fizessem requerimentos verbais, com exceção do vereador Silvânio porque ele retirou um por escrito. Se vocês concordarem permaneçam como estão". O vereador André Vieira: "eu ia fazer um requerimento verbal, mas eu me dirijo direto lá ao prefeito e resolvo esta questão...". O Senhor Presidente: "com a palavra o vereador Silvânio Aguiar pelo fato de ele ter retirado um requerimento por escrito". O vereador Silvânio Aguiar Silva: "obrigado Senhor Presidente, obrigado senhores vereadores. Eu quero, o meu requerimento é solicitar ao município que encaminhe a esta Casa os critérios que foram usados para o processo de contratação de estágio remunerado no município. E, num



segundo momento, em função da não resposta, como eu já esperava, do meu último requerimento que versava sobre a relação dos contratados e demitidos nos últimos cinco meses. Como a gente não teve a resposta da Administração, respeitando o Regimento Interno desta Casa, eu quero solicitar, Senhor Presidente, que aí a Casa encaminhe ao Ministério Público do Estado uma provocação para que a Administração Municipal encaminhe a esta Casa essa relação de contratados e demitidos nos últimos cinco meses, uma vez que eu volto a afirmar que, mesmo o município ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, ele continua contratando pessoas. Então, eu não estou nem tão preocupado com relação... É lógico que eu me preocupo com relação às demissões no município, é claro, mas para a gente entender isso, eu queria entender também como que um município que demite pessoas, contrata. Como que é essa relação. E aí, para além disso, Senhor Presidente, ainda tem uma questão jurídica, mas que aí não vai ser encaixada no meu requerimento ao Ministério Público, que é com relação às pessoas que foram demitidas, mas que aceitaram um cargo menor na Administração. Do ponto de vista jurídico, amanhã essas pessoas podem entrar na justiça e dizerem que isso foi um rebaixamento de salário e ganhar. E aí, o próximo prefeito vai pagar essa conta. Então isso, é lógico que é só um comentário, eu não quero que faça parte do requerimento, mas é para já deixar aqui um alerta porque a partir do momento que eu tiver um parecer do jurídico do meu gabinete, eu quero fazer um outro requerimento fazendo referência especificamente a essa redução dos salários disfarçada, porque é certo que as pessoas foram exoneradas e eu tenho conhecimento disso, elas foram exoneradas, mas aceitaram um cargo menor, imediatamente após a exoneração. Então, como eu não tenho certeza se isso é possível ou não, fiz uma consulta ao meu jurídico e vou...”. O vereador Leci Alves Campos: “vereador, se não me engano, a CLT fala que a



pessoa tem que ser demitida quando há redução de salário e só pode ser contratada noventa dias depois”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “é... A justificativa... Bom, eu vou esperar o Senhor Presidente, que aí eu quero fazer um comentário com relação a isso”. O Senhor Presidente: “em discussão o requerimento do vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “senhor vereador...”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador autor do requerimento, Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “senhor vereador Leci, mais uma vez, eu vou fazer o comentário aqui, mas é realmente só um comentário porque, realmente, ele não faz parte do contexto do meu requerimento. Mas, vereador Leci, eu analisei isso na CLT e eu me lembro muito bem que numa reunião com o prefeito, eu questionei isso para ele, eu falei com ele assim: ‘senhor prefeito, o senhor vai demitir as pessoas e vai readmitir com um cargo menor? Ou seja, a pessoa vai ter uma perda de percepção salarial e de ganhos aí. Você não corre o risco dessa pessoa depois entrar na justiça?’. E a resposta do prefeito, e tinham sete vereadores que ouviram isso, foi o seguinte: ‘se a pessoa não fizer a reclamação não existe problema nenhum’. Ou seja, enquanto esta Administração estiver correndo e a pessoa estiver sendo beneficiada com aquele salário, ela não vai reclamar, é lógico que não vai, mas a partir do momento que esse governo findar, lá em, se Deus quiser, em 2016, no final do ano que vem, essas pessoas vão ser demitidas e, com toda a certeza, eu não tenho dúvida, elas vão ingressar na justiça cobrando essa diferença salarial, ou seja, nós vamos deixar um passivo para o próximo prefeito que administrar essa cidade e isso não é correto. Mais uma vez eu estou falando que isso é um comentário e eu não tenho ainda um parecer jurídico. E, a partir do momento que eu tiver esse parecer jurídico, aí eu vou provocar de novo o Ministério Público para que ele analise esse processo”. O vereador Leci Alves Campos: “além, vereador, que o



funcionário ele tem dois anos para fazer a reclamação trabalhista. Então, depois que a poeira baixar bem, ele entra na justiça, com certeza”. O Senhor Presidente: “em votação...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, eu acho que o requerimento... A solicitação para mandar para o Ministério Público não precisa de ser pela Casa, o próprio vereador pode fazer, não pode não?”. O Senhor Presidente: “pode. O vereador vai responder para a senhora”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim, vereadora, o próprio vereador pode fazer sim, porém o prefeito quando ele deixa de responder o requerimento do vereador, ele está ferindo o Regimento Interno da Casa. É lógico, evidente, que se os vereadores aqui não acharem pertinente fazer esse encaminhamento ao Ministério Público, às vezes, tem algum aqui que não concorda e eu respeito isso. Mas, se o vereador não concordar, é lógico que eu vou fazer essa provocação ao Ministério Público. Eu só penso que pelo respeito que a Administração deveria ter com essa Casa, porque hoje é com um requerimento meu, vereadora, em outras épocas já foi com requerimentos de outros vereadores que em algum momento não quiseram provocar o Ministério Público. Mas, dadas as condições que o município vive hoje, eu peço à Casa, eu suplico aqui aos nobres pares que aprovem o meu requerimento. É lógico, evidente, se não aprovarem, eu não vejo problema nenhum. É lógico que a população vai perceber que esses vereadores não vão querer provocar o Ministério Público, não tem problema, eu acho que a população faz essa avaliação. Mas, eu, se isso acontecer, vou fazer um requerimento ao Ministério Público e...”. O vereador Leci Alves Campos: “vereador, o senhor me dá um aparte?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “aparte concedido”. O vereador Leci Alves Campos: “eu até entendo a sua vontade de colocar o requerimento com essa questão de acionar o Ministério Público, mas eu entendo que a Presidência da Casa já deve adotar isso como critério para



qualquer requerimento que não for respondido, já acione o Ministério Público. Não tem que entrar de novo para votar isso não, já tem que mandar pela Casa para o Ministério Público. Eu entendo assim”. O Senhor Presidente: “em votação o requerimento do vereador Silvânio Aguiar”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu vou me abster, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de frisar que ele tem todo o direito de requerer pela Câmara Municipal. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos, com a abstenção da vereadora Ângela Lima”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente, eu estou inscrito no Grande Expediente, que seria a parte logo a seguir, e eu até gostaria de abrir mão por causa da Coordenadoria, mas eu não posso. Eu me comprometo em falar apenas três minutos. Agora, eu também retirei um requerimento de pauta exatamente para colocar um outro curtinho, o meu não vai ter um discurso longo não”. O Senhor Presidente: “o senhor tem todo o direito”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu queria que esta Casa requeresse do Poder Executivo, acho que mais precisamente da Secretaria de Obras, a SEMOR, cópia do projeto com as medições daquela alça que foi feita ali no Nova Suíça, ainda no ex-governo Carlinhos Rodrigues. Porque ali, eu também fui Secretário de Obras em paralelo com essa referida Secretaria, e tem uma alça, uma pista de desaceleração em frente à portaria da Cataguases e hoje eu acho que até chama Bauminas, me parece. E essa alça não saiu do papel, eu queria ver se ela foi paga, se ela não foi paga, de quem é a responsabilidade, se é da antiga Conspar, se é do município. Fato: ela está numa curva, não morreu gente ali ainda porque Deus guarda. Então, é preciso concluir aquela obra, paga ou não, acho que é uma coisa que precisa ser feita urgentemente. Vale salientar que não tem nada a ver com esse governo, mas quem casa com a viúva herda os filhos e ele tem que dar solução naquele projeto lá”. Requerimento



aprovado por nove votos. O Senhor Presidente: “quarta parte, apresentação de oradores inscritos”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu vou falar daqui mesmo”. O Senhor Presidente: “estão inscritos o vereador Gilson Marques, o vereador André Vieira e a senhora Maria de Lourdes dos Santos Borges”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu queria fazer aqui, Senhor Presidente, nobres colegas e público presente, um desabafo. Hoje, nós participamos aqui de uma reunião com a Secretária de Fazenda, nos pedindo para aumentar os IPTU’s em determinados bairros. Genericamente, vão aumentar algumas proporções menores, outras maiores, e eu acho até salutar à nossa cidade, acho que precisa fazer mesmo. Ela é competentíssima, a tabela que ela nos mostrou aqui é muito eficiente. E, de antemão, eu quero dizer que eu vou votar esse projeto quando ele entrar na Casa, na pauta, porque acho que faz bem para o município. Ao mesmo tempo, eu queria aproveitar essa Tribuna para solicitar do prefeito mais respeito com o dinheiro público, porque não adianta ele jogar tudo nesta Casa. Tudo que acontece de ruim cai aqui para a gente ajudá-lo, mas quando cai na mão dele para resolver as questões, as questões são embaraçadas, elas não resolvem. Todos vocês aqui presentes, exceto a plateia, lembram que há uns três anos atrás, acho que um dos primeiros requerimentos, denúncias que eu fiz ao Ministério Público de funcionários fantasmas dessa prefeitura, ou seja, gente que tem altos salários e que nem sequer põem o pé na porta da prefeitura, acho que nem para visitar porque ele recebe é pelo banco, então não precisa nem de ele ir lá, manda alguém buscar o ticket, quando tinha cesta básica, cesta básica. O que o prefeito fez? Ele burlou a resposta ao Ministério Público, emprestando alguns desses servidores com data retroativa, um troço mentiroso e as pessoas continuaram ganhando em casa. E eu deixei isso para lá porque se o Ministério Público pendurou as chuteiras, quem sou eu para correr atrás, não é? Deixei para lá. O



meu papel eu fiz, que era denunciar e fui autêntico, denunciei e assinei. Pois bem, semana passada ou semana atrasada, eu deparo com uma questão dentro do gabinete do prefeito, na antessala do gabinete do prefeito, super constrangedora. Um desses servidores que continuava em casa, aí subentende-se que há três anos, teve... Foi surpreendido pela nova Secretária de Fazenda, que eu aproveito o momento para parabenizá-la, ela cortou o mês de salário dele. Disse: 'aqui, não. Ele só vai receber se ele trabalhar'. E, para grata surpresa, eu presencio o senhor Ronaldo Marques, Chefe de Gabinete do prefeito, intercedendo em favor desse servidor, que antes de acabar de dizer aqui, estou dizendo que eu estou falando na Tribuna, mas vou refazer a denúncia ao Ministério Público amanhã, intercedendo em favor desse servidor, juntamente com mais dois Secretários, dizendo: 'enquanto fui eu o Secretário de Fazenda, eu abonei os dias para ele, agora eu não posso fazer, mas o senhor Maurício Farah está disposto a recebê-lo lá em cima, na Controladoria, e abonar o mês passado que ele está perdendo'. Agora, veja bem que discrepância, o servidor sem cesta básica, o servidor dos mais altos salários sem receber, gente que teria que ter recebido dia primeiro, acho que recebeu ontem ou nem recebeu ainda. Décimo terceiro está fazendo milagre aí, vendendo a calça para poder pagar o décimo terceiro, e não vai conseguir pagar. Ela falou aqui hoje que vai pagar, mas não vai conseguir pagar, não na íntegra, vai pagar um percentual, todo mundo sabe disso. Outros benefícios cortados, e aí você beneficia um servidor a troco do que? Não é só um não. Eu estou falando de um porque eu ouvi, eu vi, eu presenciei e, ironicamente, ele estava na denúncia que eu fiz há três anos. Então, eu taxo isso como irresponsabilidade. Quero dizer que esse projeto que vai entrar aí, eu vou votar porque ele foi muito bem elaborado, mas eu não tenho mais vontade de ajudar esse governo não, não tenho. Eu estou desestimulado, eu estou desanimado porque tudo que você



junta com as mãos, ele espalha com o pé. É muito difícil você ver um negócio desses. Mas, o mais grave disso tudo, onde fica a posição de uma Secretária que entrou... E eu não conheço ela não, eu conheci ela aqui ontem, eu só ouvia falar no nome dela, nunca tinha visto, nem se era feia, nem se era bonita, nem se era gorda, nem se era magra, nem se era escura, nem se era clara, eu não sei quem ela era não. Estou falando da competência dela. Onde ela entra sendo desautorizada dessa forma? Onde ela entra? Então, amanhã eu estou mandando ao Ministério Público, novamente, espero que desta vez a Promotora dê mais ênfase a esta denúncia, que busque a folha de ponto deste servidor, que busque os contracheques do RH, verifique se realmente ele recebeu esses três anos que ele não entra na prefeitura e verifique se foi abonado o mês passado ou atrasado, sei lá, o mês que a Secretária cortou, que está falando aqui em questão, porque isso é um abuso, isso é um abuso. Tem outras coisas aí, tem empresários aí na prefeitura que botou a empresa dele no nome de outra pessoa, laranja. Vai lá, recebe trinta mil reais por mês do município e tem coragem de cortar trinta minutos do servidor que chega atrasado, que espetou o pé, que está grávida, que está... Ele vai lá e manda cortar, isso é o cúmulo do absurdo. Então, a gente quer ser justo com o governo, mas vamos ser justos para todo mundo. Eu queria deixar esse desabafo aí. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “próximo vereador inscrito, vereador André Vieira”. O vereador André Vieira: “eu vou abrir mão da minha fala, deixo a coordenadora falar”. O vereador Flávio de Almeida: “muito bem, vereador”. O Senhor Presidente: “convidaria a senhora Maria de Lourdes dos Santos Borges, representante legal da Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres”. A Sra. Maria de Lourdes dos Santos Borges: “obrigada. Boa noite. Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar os vereadores aqui presentes, na pessoa da vereadora Ângela Lima, que é a única mulher que compõe esta Casa, então



não poderia ser diferente. Cumprimentar também a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Cristiane Presotti, a equipe ali do Centro de Referência da Mulher, também a equipe da Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres do município. Agradecer por este momento de estar falando, embora o tempo é pequeno e aí, já até fazendo um requerimento, não sei se eu tenho direito, mas já estou fazendo. Para os nossos vereadores de que faz jus... Procurar fazer jus ao que esta Casa de fato... O nome de qual, de fato, esta Casa, a gente sempre remete, que é a Casa do povo. E a gente tentar, de fato, ouvir mais o povo. Então, tentar que esta Tribuna possa ser mais usada, é muito importante. Então, é uma reivindicação minha, já começando a minha fala por aí. Agradecer também ao vereador Flávio que absteve-se de dois requerimentos e eu acredito que eu ganhei mais um pouquinho de tempo e posso, rapidamente, fazer um breve histórico da política no município, não é? A política da mulher inicia-se em 2007, com um programa buscando trabalhar o enfrentamento da violência contra todas nós mulheres no município. Esse programa funcionava ainda dentro da Secretaria até então de Ação Social, hoje Desenvolvimento Social e de lá, de 2007 para cá, a política avançou muito no município. Com muitas lutas de quem veio antes, de quem hoje está e, com certeza, de quem virá depois. Então, de 2013 para cá, também tivemos conquistas significativas, com a inauguração da primeira delegacia especializada de atendimento à mulher, a adesão ao consórcio Mulheres das Gerais, do qual esta Casa fez parte da construção dessa história, a delegacia também, votando também a adesão ao consórcio, de extrema importância para que nós possamos, de fato, acolher, atender e evitar mortes no município, não é? Quando a gente adere ao consórcio, a gente também está com essa preocupação de termos um local seguro para acolher nossas mulheres. Mas temos desafios grandes, enormes. Estamos aí num trabalho árduo de desenho do



fluxo de atendimento e vamos deparar com muitas dificuldades, não é? Ainda temos muitos desafios e queremos contar com esta Casa para nos ajudar. Também a coordenadoria, a política da mulher, a gente busca também intensificar as nossas ações durante o ano todo, mas tem três datas que são muito específicas para nós e de grande importância, que é o mês de março, não é? Quando comemoramos o Dia Internacional da Mulher; o mês de agosto, quando nós comemoramos o aniversário da Lei Maria da Penha e buscamos reforçar essa lei, de extrema importância para nós; e agora nos dezesseis dias de ativismo pelo fim da violência contra todas nós mulheres. Quando eu falo contra todas nós porque não estamos blindadas. Fala-se muito em violência doméstica, mas são todos os espaços onde a mulher... A violência perpassa, não é? E a mulher é a grande vítima. O uso dessa Tribuna aqui hoje é para que nós possamos falar da campanha Mulher Tome Partido, e falar também um pouco dessa violência, falar um pouco da nossa limitação de participar da vida política. É muito grande e é sabido por todos aqui, não é? Nós continuamos aí na casa dos dez por cento em todas as instâncias, Congresso, Senado, Câmara de Deputados, Prefeituras e aqui não é diferente também. Eu acho que esta Casa, se ela chegou a ter duas vereadoras, quando ainda existiam quinze cadeiras, foi muito. E hoje a gente também continua com a participação apenas de uma mulher, e por que isso? Por que que nós não temos que ocupar esse espaço também? Por que que nos limitam tanto de participar desse espaço? É um questionamento a ser feito, uma bandeira a ser levantada e que nós somos maioria da população, estamos na casa dos 51,3%, temos um papel fundamental nessa sociedade, isso ninguém pode deixar de considerar, mas ainda é uma instância fechada, machista e patriarcal, do qual nos impede de participar. E a violência está instalada também em todos esses espaços e nesse espaço político também. A mulher quando ela busca



alcançar esse espaço é árduo, muito árduo. Fala-se na porcentagem de 30% que hoje os partidos têm que cumprir, mas cumprem? É um questionamento que eu faço, cumprem? As mulheres quando são chamadas a vim compor os partidos é para somar número, balançar bandeiras. Será que é só isso e só esta a nossa participação dentro dos espaços políticos? Então, é uma reflexão. Ano que vem é um ano político. É uma luta árdua porque também nós dependemos de legislações que equiparem um pouco esta situação e não conseguimos aprovar os trinta por cento agora, não é? Caímos para dez, quando a gente refere à lista parlamentar, ou seja, para cada três eleitos, um é mulher. Não conseguimos, e porque não conseguimos? Porque quem ainda... Este espaço é um espaço fechado, é a última instância, talvez, a ser conquistada e quem faz as próprias leis são os homens. E aqui, gente, eu não quero dizer que os homens não balançam ou não legislam também a favor da mulher, não é isso, mas a representatividade para nós é extremamente importante. Você chegar num espaço e você ver uma equidade de gêneros é extremamente importante, extremamente importante. Tem políticas que nós mulheres temos que ajudar a construir. Então, é uma reflexão a ser feita, é um chamado às mulheres, a campanha 'Mulher, tome partido' ela chama as mulheres para filiar aos partidos, seja ele qual for, aqui não tem bandeira não, não tem bandeira vermelha, azul, amarela... Que as mulheres venham mais participar dessa vida política que é de extrema importância e é uma violência também da qual a gente está puxando esta luta também, não é? Quando a gente ouve expressões do tipo, corriqueiramente a gente ouve, não é? 'Você deveria estar no tanque'. 'Está na política? Não deve ter marido'. 'Se está na política não deve ter marido', não é? 'Fique calada'. 'Fique quietinha no seu canto'. 'Cale a boca'. São expressões corriqueiras que a gente escuta. E aí a eleição passada, eu trouxe até a questão de... Meus minutos devem estar até para encerrar, mas é importante



dizer que de quinhentos e treze deputados federais, cinquenta e um são mulheres. De oitenta e um senadores, doze são mulheres, ou seja, estamos na casa dos dez por cento. De vinte e sete unidades federativas, apenas Roraima, ou seja, nós temos uma única governadora no Brasil. E aí de contra partida temos uma presidenta, que eu faço questão de dizer ‘Presidenta da República’ e que... Corrupção, gente, ela não tem bandeira não. Corrupção neste país é desde sempre, mas os adjetivos do qual a nossa presidenta recebe, nenhum político nunca recebeu, nem o nosso ex-presidente Lula, nem o Fernando Henrique, nenhum que passou por ali recebeu e recebe tal ofensa e tal violência como a Presidente Dilma. Não recebe. E aí eu quero dizer que para os que acham que ligar de mulher é na cozinha, no tanque ou onde seja, eu quero dizer que lugar nosso, de mulher, é onde nós quisermos. E a política é um lugar também que a mulher quer estar. Quero também aproveitar, dentro desse calendário, realizaremos amanhã, aqui nesta Casa, e eu quero fazer um chamado a todos os vereadores aqui presentes e à população que está aqui, amanhã iremos realizar uma audiência pública sobre a questão da revista íntima vexatória nos presídios, é vexatória mesmo. Amanhã, espero que esta Câmara esteja lotada de gente, não é? Ficamos sábado e domingo fazendo abordagem no nosso presídio aqui e os relatos são graves, gravíssimos. As nossas mulheres, as nossas municipais estão sendo violentadas todos os dias ao visitar os seus parentes em privação de liberdade, e nós não podemos pensar que o presídio é função do Estado: ‘ah, o presídio é do Estado lá’. Não. São as nossas municipais, a nossa juventude negra está toda encarcerada, a situação do nosso presídio está em estado de calamidade pública. Temos que ter um olhar sobre isso e amanhã é o dia de a gente discutir. Estamos puxando essa bandeira também, que é uma bandeira invisível, quem está encarcerado, em privação de liberdade, está invisível. As nossas mulheres também



estão invisíveis. Então, é um chamado. Quero agradecer esse espaço cedido, espero poder, novamente, a gente poder ter um espaço, acho que é a primeira vez em nove anos de políticas para as mulheres que a gente usa a Tribuna, não é? Sensibilizar a todos os presentes, os vereadores que de fato ouvem o povo, eu não estou dizendo que não houve, que esta Tribuna possa ser mais usada, não é? Ela possa ser mais usada, talvez, não sei, em toda plenária. É uma sugestão, não é? Que fique aqui, tá? Eu quero agradecer, muito obrigada. Boa noite”. O Senhor Presidente: “antes de encerrar, eu gostaria de dizer para a senhora que a Tribuna está aberta a todos. Tem uma norma, é só mandar um ofício para a Presidência, a Câmara nunca negou este espaço. Teve uma Resolução, foi votada há tempos. Eu até fico um pouco espantado pelo fato de, realmente, o povo usar muito pouquinho esta Tribuna. Foi bem lembrado aqui, a última vez foi uma senhora que usou. Se em dez anos usaram esta Tribuna umas três, quatro vezes foi o máximo. Então, a porta está aberta. Lógico que tem que ser através de um ofício para a coisa ser uma coisa legal, porque amanhã chega um cidadão qualquer aí, e verbalmente nós não podemos conceder. Está aberta a porta da Câmara para todos”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “até tem concedido, não é, Senhor Presidente? Eu digo assim, a Casa está aberta à população sempre que foi solicitado, até quebrando o protocolo, foi cedida aqui a fala. A Tribuna está aberta. Já existe um projeto para usar... A população pode usar ela... Se a senhora quiser usar a semana que vem de novo, a senhora pode usar”. A Sra. Maria de Lourdes dos Santos Borges: “ah, sim. É porque a informação que eu obtive é que seria uma vez no mês e não é via ofício. É um formulário grande que tem que ser preenchido, justificado, onde eu tenho que ter, se eu não me engano, dez assinaturas com nome, CPF, Título de Eleitor. Então, eu achei muito burocrático para dizer que esta é a Casa do povo e que deve ser usada pelo povo.



É só uma observação, porque foi desta forma que eu consegui utilizar”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “só colocar aqui, Presidente, o senhor me permite? Em relação ao que foi passado ou o que está escrito na Resolução, desde que a gente está aqui, todas as vezes que foi solicitado até fora de pauta aqui, sempre foi aberto. Estou só colocando isso, entendeu? Sem nenhum problema nenhum”. A Sra. Maria de Lourdes dos Santos Borges: “que bom. Que bom que já teve essa mudança significativa. Muito obrigada, gente, boa noite”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Maria de Lourdes. Senhor Presidente, eu só gostaria de fazer uma pergunta à Maria de Lourdes. A senhora sabe informar, quando é feito a revista lá íntima, ela é feita por mulher?”. A Sra. Maria de Lourdes dos Santos Borges: “é por mulher, pelas agentes, o que... Na verdade, já existe uma lei, amanhã a gente vai estar discutindo isso aqui, de que a revista íntima, essa revista íntima em que a mulher tira a roupa, agacha três ou mais vezes, fica numa posição ginecológica, abre-se a sua genitália, muitas das vezes até com a introdução de lanternas, a revista íntima ela deveria ser exceção. Nós temos que... Já tem uma lei para aquisição de um aparelho, que ele custa na faixa de dezesseis a dezoito mil, nessa faixa. E a revista íntima, Dr. Fausto, ela deveria ser exceção, no caso de uma suspeita, mesmo assim com autorização do diretor, e tem toda uma...”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “é exatamente em relação a esse aparelho que eu ia falar”. A Sra. Maria de Lourdes dos Santos Borges: “mas são as agentes que fazem. A lei fala que a questão da... Na hora que a mulher está na posição ginecológica, quem deveria fazer este procedimento é alguém da área de saúde, o que não ocorre. Então, são relatos extremamente graves e que amanhã a gente vai estar discutindo isso aqui, não é? E a gente tem, de fato, que ter um olhar para essa questão. Eu peço a sensibilização de vocês”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “é exatamente, eu gostaria de comentar



exatamente sobre esse aparelho, sabe?”. A Sra. Maria de Lourdes dos Santos Borges: “sim. Ele é extremamente acessível”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “acho que seria muito interessante a aquisição”. A Sra. Maria de Lourdes dos Santos Borges: “agora, a questão do nosso presídio vai para além. Eu quero aqui já tratar da audiência, mas os presos até outro dia estavam sem água. Não tem bebedouro para as famílias que entram para visitar os seus parentes, não tem água para beber. O pátio onde as famílias ficam com os presos, eles pegam as suas cobertas de dormir, forra-se o chão, num pátio estreito, se está chovendo é chuva, se está sol é sol. Só por aí... Forra-se, ali alimenta, ali come e estas cobertas vão para eles dormirem de volta. Então, eu convido a todos. Nós estivemos lá na sexta-feira conversando com os presos, visitando. Eu convoco a todos para poder irem, se possível, para ver a realidade. Está certo? Enquanto a gente também não humanizar um pouco o presídio, não vamos conseguir atingir o objetivo que é acabar com a revista íntima, está certo? Então, amanhã a gente vai estar com pessoas do Estado e contamos com vocês. Deixamos o convite ontem, não é? Cada um no seu gabinete. A gente faz isso sempre, corriqueiramente, não é? Para as nossas ações. E contar com vocês aqui para nos subsidiar nessa discussão, tá? Muito obrigada. Ah, deixa eu só falar, nós também envolvemos a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, ela também está nessa parceria conosco, tá?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, é só para eu fazer uma solicitação à Câmara”. A Sra. Maria de Lourdes dos Santos Borges: “Ângela, só falar do horário, que é amanhã às dezenove horas”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “está bom. É só para eu fazer um comunicado à Câmara e uma solicitação, quinta-feira agora e sábado, quinta-feira à noite e sábado de manhã, vai acontecer a primeira Conferência Municipal de Educação de Nova Lima, e a Câmara tem uma vaga de delegado. A gente tem que se



inscrever, então eu quero saber se tem algum vereador interessado em participar. Eu vou estar participando e, se não tiver nenhum vereador que queira participar enquanto delegado, eu gostaria de solicitar a essa Casa, aos vereadores a possibilidade de eu estar representando a Casa nesta primeira Conferência Municipal de Educação do Município”. O Senhor Presidente: “consulto os vereadores se concordam com a proposta da vereadora Ângela Lima”. O vereador Flávio de Almeida: “a Ângela é a melhor pessoa para isso”. O vereador Gilson Antônio Marques: “também acho”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “concordo plenamente”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “delegada, nossa delegada”. O Senhor Presidente: “então, ela será a nossa representante”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente, deixa eu só justificar aqui que ela fez o convite, mas quando chegou o convite a gente já tinha um compromisso agendado. Então, eu até gostaria de participar dessa audiência. A gente faz um trabalho dentro do presídio, eu conheço muito bem a realidade dos problemas carcerários. Estive conversando com o diretor do presídio daqui, a gente desenvolve um trabalho lá dentro e a gente conhece a realidade. Gostaria de participar, mas infelizmente já tinha um compromisso agendado quando chegou o convite. É só para justificar que a gente não vai estar aqui”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente, só um minuto. Eu, na qualidade de presidente da Comissão de Direitos Humanos, queria parabenizar a Maria de Lourdes e a gente já andou conversando essa semana aí, ela sabe que pode contar conosco. Mas ao mesmo tempo, solicitar de Vossa Excelência que nomeie mais um membro para a Comissão porque nós estamos com dificuldade de desenvolver nosso trabalho, uma vez que o vereador Nélio Aurélio se destituiu do cargo e está apenas eu e Ângela, está faltando o relator da Comissão. Só para deixar como alerta aí para que a gente possa dar andamento nas



nossas ações”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu estou à disposição para compor a Comissão, se o senhor achar que deve”. O Senhor Presidente: “nós podemos entrar em acordo neste momento aqui e colocar em votação. Se os vereadores concordam com a proposta do vereador Gilson Marques permaneçam como estão. O Flávio se ofereceu, então, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. O vereador Gilson Antônio Marques: “que ele seja bem-vindo, ele tem uma vasta experiência”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “o vereador Flávio vai encaixar bem nesta Comissão”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, eu queria também nesse momento fazer jus, apesar de tudo, pela experiência do vereador Soldado Flávio de Almeida, passar a presidência da secretaria... Eu sou presidente da Comissão de Segurança Pública do Município, eu queria agradecer ao senhor, eu sei que foi por sorteio, mas eu queria nesse momento passar a presidência da Comissão de Segurança Pública para o vereador Soldado Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, diga-se de passagem, essa Comissão foi criada por mim, de minha autoria. Eu vou ficar muito feliz em assumi-la também”. O Senhor Presidente: “vou colocar em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “é prerrogativa do Presidente, o senhor pode...”. O Senhor Presidente: “aprovado, nove votos”. O vereador Flávio de Almeida: “obrigado”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. _____